



África caminhos do futuro

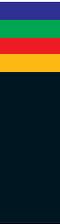
Africa_the ways ahead
20 NOV'15

PORTO
20 anos
da Fundação
Portugal África

OPORTO
20 years
of the Portugal-Africa
Foundation

A Fundação Portugal-África promoveu a Conferência Internacional "África, caminhos do futuro", para debater os principais desafios globais e de desenvolvimento que África enfrenta, o papel dos atores externos e as perspetivas de mudança nas relações com a Europa e Portugal. A publicação resume os trabalhos da conferência, que assinalou o 20º aniversário da Fundação, dedicada à realização e incremento de ações de carácter cultural e educacional em Portugal e em África.

The Portugal-Africa Foundation promoted the International Conference "Africa, the ways ahead", to debate major global and development challenges in African countries, the role of external players and the perspectives for change in the relationship with Europe and Portugal. This publication summarises the debates in the conference, which marked the 20th anniversary of the Foundation, dedicated to the reinforcement of cultural and educational activities in Portugal and in Africa.



África
caminhos do futuro
Africa_the ways ahead
20 NOV'15

PORTO
20 anos
da Fundação
Portugal África

OPORTO
20 years
of the Portugal-Africa
Foundation



Índice

Table of Contents

Prefácio	005
<i>Foreword</i>	
A Conferência	013
<i>The Conference</i>	
Programa	015
<i>Programme</i>	
Abertura	018
<i>Opening</i>	
Painel 1 África: na rota da globalização?	030
<i>Panel 1 Africa: ways for going global?</i>	
Painel 2 África-Europa: Caminhos de mudança?	050
<i>Panel 2 Africa-Europa: ways for change?</i>	
Painel 3 África-Portugal: uma relação especial?	068
<i>Panel 3 Africa-Portugal: a strategic partnership?</i>	
Encerramento	086
<i>Closing</i>	
Cerimónia: Jantar Comemorativo do 20º aniversário da Fundação Portugal-África	096
<i>Ceremony: Commemorative Dinner of the 20th anniversary of the Portugal-Africa Foundation</i>	
Oradores	111
<i>Speakers</i>	
A Fundação Portugal-África	127
<i>The Portugal-Africa Foundation</i>	





Francisco Carvalho Guerra

Vice-Presidente da Fundação Portugal África

Fundação Portugal África – Vinte anos a construir futuro

A Fundação Portugal-África (FPA) foi constituída no Porto a 9 de janeiro de 1995, sendo, então, o seu principal Fundador o Banco de Fomento e Exterior (BFE). Com a incorporação do BFE no Banco BPI, com a entrada de novos Fundadores e o reforço da participação no capital fundacional de alguns dos anteriores Fundadores o capital da Fundação fixou-se, em 1999, em € 11.385.069. Sublinha-se, a propósito, que atualmente o principal fundador é o Banco BPI com 47,7% do capital fundacional.

Entre os restantes 59 Fundadores destacam-se 23 empresas, 6 instituições financeiras, 5 associações

empresariais, 4 fundações, 2 municípios, 3 institutos públicos e o Estado Português, com uma posição simbólica.

No momento em que a Fundação foi constituída, em um documento subscrito pelo então Presidente do Banco de Fomento e Exterior, Dr. Miguel Cadilhe, seu principal promotor, afirmava-se que a Instituição “não era passado, era futuro”.

De facto, embora inspirada nas relações históricas que Portugal manteve com África, designadamente, a partir de 1415, a Fundação tinha como meta principal “contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural e educacional a desenvolver em Portugal e em África em particular, nos Países





Africanos de Língua Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e aqueles países numa perspectiva de progresso e de projeção para o futuro”. Olhando retrospectivamente e avaliando o trabalho realizado, poder-se-á dizer que este correspondeu essencialmente à visão inicial dos Fundadores da Instituição.

Como fica vincado anualmente nos documentos prestadores de contas a Fundação prossegue, simultaneamente, projetos da sua iniciativa, projetos que resultam da cooperação com outras instituições

que prosseguem fins semelhantes aos da FPA, e projetos que lhe são apresentados por terceiros e que se inserem no quadro dos objetivos da Fundação.

Entre os projetos da sua iniciativa não se pode deixar de destacar os projetos “Memória de África” e “Escolas Profissionais de Moçambique”.

Relativamente ao projeto “Memória de África” o mesmo consiste numa base de dados extremamente relevante que enquadra o relacionamento entre Portugal e os Países Lusófonos de África facilitando o acesso ao conhecimento adquirido e evitando o esquecimento da experiência do passado. Neste

momento, a base de dados, que resulta de uma cooperação aprofundada, designadamente, com o CESA – Centro de Estudos sobre África, do ISEG e a Universidade de Aveiro, regista mais de 400.000 referências de documentos existentes em acervos públicos e privados, localizados em diversos países, e conta com mais de 380.000 páginas digitalizadas dos mesmos documentos que são de difícil acesso ou correm risco elevado de os originais se perderem.

O projeto “Escolas Profissionais de Moçambique” (antigas Escolas de Artes e Ofícios) resulta de uma conjugação estreita entre a Fundação Portugal-África e o Estado de Moçambique que data do fim do século passado. A Fundação socorre-se, neste projeto, como, por princípio e por método, o faz em muitos outros, do saber de pessoas e instituições com experiência relevante no respetivo setor. Da cooperação existente resultou, até ao momento, a possibilidade de ter em funcionamento em Moçambique cerca de cinquenta Escolas Profissionais que albergam mais de 30.000 alunos frequentando cursos que os trabalhos de lançamento do projeto e os que prosseguiram após o arranque do mesmo se revelaram como os mais adequados para responder aos problemas defrontados, no âmbito do Ensino Profissional, pela Economia de Moçambique.

Na vocação que a Fundação tem demonstrado para cooperar com outras instituições que, em Portugal, seguem fins semelhantes foi possível conduzir ativamente vários projetos dos quais destacamos as “Conferências de Lisboa”, sobre questões do Desenvolvimento, a “Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes” e o “Mecanismo de Apoio à Elaboração de Candidaturas a Financiamentos Internacionais por parte de ONGD”.

Relativamente aos projetos que lhe são apresentados por entidades terceiras apenas se anota que são mais de trezentos os projetos, das mais diversas dimensões e áreas de atividade, que mereceram o apoio da Fundação.

Não se pode deixar de referir que, ao longo da sua atividade, a Fundação tem sido guiada por princípios

que visam não apenas a qualidade e relevância dos projetos que prossegue, mas também a criação de condições para preservar a respectiva sustentabilidade económica e financeira. Assim, a Fundação tem limitado sistematicamente a acumulação de encargos de estrutura recorrendo, tanto quanto possível, a consultores externos, individuais ou coletivos; a Fundação, para além de recorrer, sempre que possível, a fundos disponíveis em entidades que apoiam a cooperação, tem-se limitado, no que se refere a fundos próprios, à utilização dos rendimentos provenientes de aplicações do seu capital fundacional que se mantém intacto.

No âmbito das celebrações dos seus vinte anos de existência a Fundação decidiu promover uma conferência intitulada “África, caminhos do futuro” realizada no Porto, em 20 de novembro de 2015, nas instalações da Biblioteca Municipal Almeida Garrett, gentilmente cedida, para o efeito, pela Câmara Municipal do Porto, entidade que se conta entre os Fundadores da FPA.

A opção que foi feita por este tema é óbvia não apenas porque ele está no cerne dos fins que presidiram à constituição da Fundação, mas também porque os responsáveis pela Fundação entendem ser decisivo para o futuro dos continentes africano e europeu o conhecimento, o entendimento e a cooperação profunda entre os seus povos e as instituições que os enquadram.

A conferência, que registou a presença de oradores nacionais e estrangeiros de grande relevância, foi organizada pelo Professor Fernando Jorge Cardoso e pela Doutora Patrícia Magalhães Ferreira e contou com o apoio da Conexão Lusófona, organização da juventude dos Países da CPLP com a qual, desde há vários anos, a FPA mantém um protocolo de cooperação.

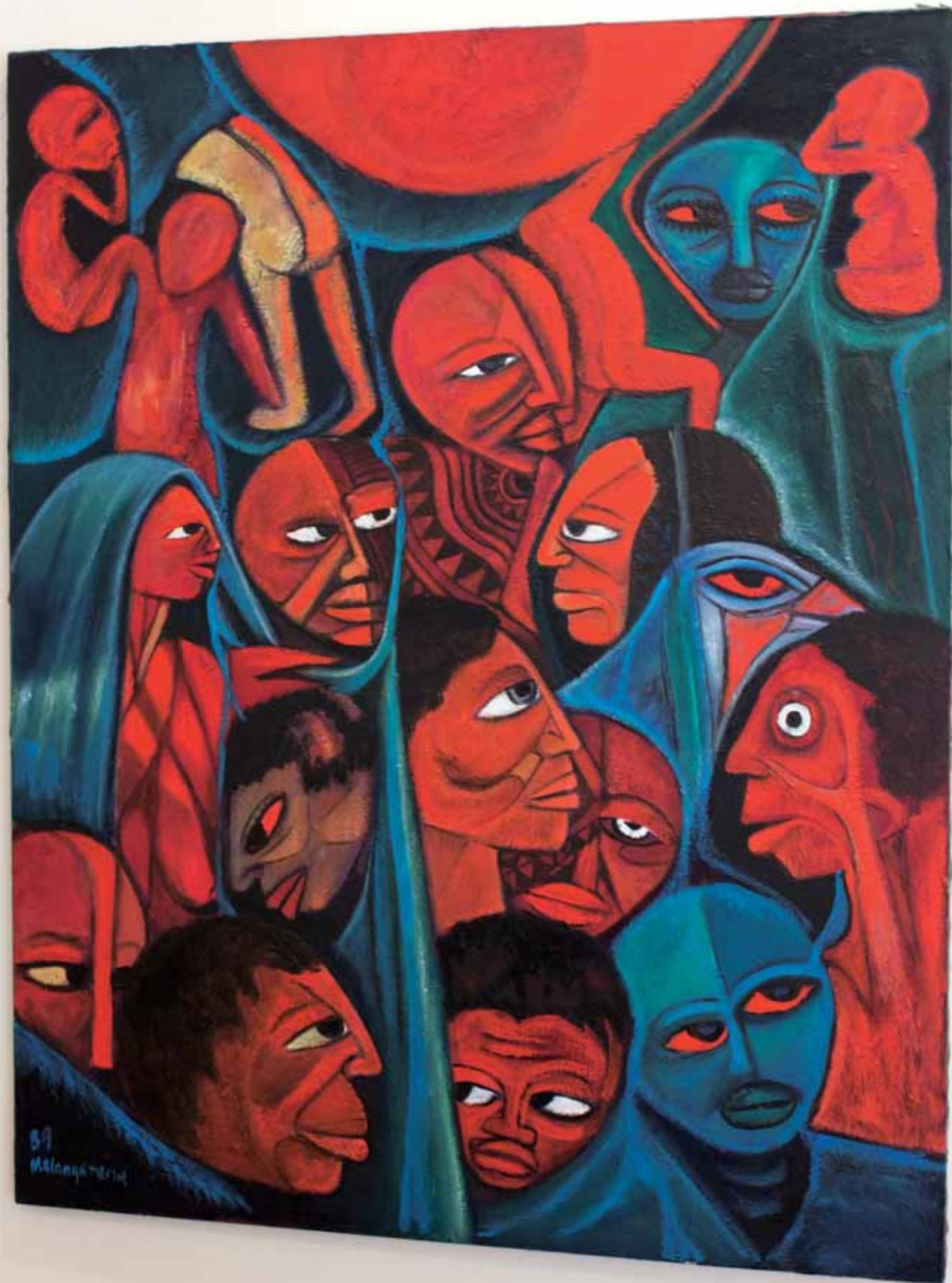
O livro que agora se publica reflete, com rigor e em tempo, a contribuição da Conferência para o tema que se pretendeu abordar no quadro dos fins que são prosseguidos pela Fundação Portugal-África.

Julga-se que a qualidade e o sucesso técnico e científico da Conferência merecem esta divulgação.

Resta-nos agradecer a todas as instituições e entidades com quem a Fundação, na aplicação prática da sua política de cooperação sistemática com parceiros que prosseguem fins semelhantes, se tem relacionado ao longo dos últimos vinte anos dos quais nos permitimos destacar:

- Universidade Católica – Núcleo do Porto
- Camões – Instituto da Cooperação e da Língua
- Câmara Municipal do Porto
- Câmara Municipal de Lisboa
- Universidade de Aveiro
- AEP-Associação Empresarial de Portugal
- ISEG/CeSA
- Fundação Calouste Gulbenkian
- FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento
- Fundação EDP
- Universidade Católica – Núcleo do Porto
- ISCTE-IUL
- UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa
- IMVF – Instituto Marquês de Valle Flor
- SOFID – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento

Uma palavra final para todos os que ajudaram a construir e solidificar a Fundação, com destaque para o seu Fundador Principal – Banco BPI – e para o Dr. Mário Soares que ao longo dos últimos anos foi o seu Presidente.









A
D. PEDRO IV
A
CIDADE DO PORTO
1844

A Conferência

The Conference

Em setembro de 2015 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dando um novo ímpeto ao combate pelo fim da pobreza e pela preservação do planeta. Isto ocorre quase 60 anos após o início das independências e num contexto de retoma do crescimento em muitos países africanos. Após cerca de três décadas de estagnação e empobrecimento, a partir do início do século e em resultado da procura crescente de matérias-primas e energia, as exportações aumentaram e o interesse de investidores e de alguns novos atores, com particular relevo à China, mudaram o cenário macroeconómico e político em vastas áreas do continente africano. As relações com a Europa, até agora modeladas a partir de sucessivos acordos no âmbito dos países de África, Caraíbas e Pacífico, estão a ser reequacionadas, na medida em que as circunstâncias do desenvolvimento se alteraram, em que surgiram novos atores e em que assistimos a uma consolidação da União Africana.

A Fundação Portugal-África, no seu 20º aniversário, promoveu esta Conferência Internacional para debater os principais desafios globais e de desenvolvimento que África enfrenta, o papel dos atores externos e as perspetivas de mudança nas relações com a Europa e Portugal. No Ano Europeu para o Desenvolvimento, esta conferência constituiu um contributo independente para o debate sobre caminhos futuros para África.

A Conferência realizou-se na Biblioteca Municipal Almeida Garrett, no Porto, e contou com mais de 100 participantes.

In September 2015 the UN General Assembly approved the Sustainable Development Goals, fostering a transformative agenda to end poverty and to preserve the planet. This takes place almost 60 years after the surge of independences and in a context where most African countries returned to growth. After three decades of stagnation and impoverishment, since the beginning of the century and as a result of a rise on the demand of commodities and energy, African exports increased and the interest of investors and new players, namely China, helped to change the macroeconomic and political scenario in vast areas of the continent. Relations with Europe, so far modeled through a range of Agreements with Africa, Caribbean and Pacific countries, are being reshaped taking into account new development circumstances, the increased engagement of new players and also the consolidation of the African Union project.

The Portugal-Africa Foundation, on the occasion of her 20th anniversary promoted this International Conference, to debate major global and development challenges in African countries, the role of external players and the perspectives for change in the relationship with Europe and Portugal. In the European Year for Development this Conference was a contribution for the debate on the future of Africa.

The conference took place in the Municipal Library Almeida Garrett, Oporto, and gathered more than 100 participants.



Programa

Conferência Internacional – África, caminhos do futuro

Programme

International Conference – Africa, the ways ahead

09h30 | Abertura

Mário Soares, *Presidente da Fundação Portugal-África, Presidente da República Portuguesa (1986-1996)*
Rui Moreira, *Presidente da Câmara Municipal do Porto*

ORADOR CONVIDADO

Mário Machungo, *Presidente do Conselho de Administração da Seguradora Internacional de Moçambique (SIM), Primeiro-Ministro de Moçambique (1986-1994)*

11h00 > 11h30 Pausa-café

11h30 > 13h00 África: na rota da globalização?

O século XXI marcou a retoma do crescimento em África após 30 anos de empobrecimento e marginalização. Apesar do crescimento ser tributário da procura de matérias-primas, houve um forte investimento em infraestruturas e um alargamento das classes médias, com um redobrado envolvimento de atores externos. Será que estamos a assistir ao fim da era pós-colonial e à entrada de África no mundo globalizado?

Elizabeth Sidiropoulos, *Diretora, South Africa Institute of International Affairs (SAIIA), Joanesburgo*
Alex Vines, *Diretor de Estudos Interdisciplinares e Direito Internacional, Chatham House, Londres*
Mário Pizarro, *Consultor, Vice-Governador do Banco de Angola (1982-1986), Luanda*
Daniel Bach, *Professor, Sciences-Po, Centre Emile Durkheim, Bordéus*

09h30 | Opening

Mário Soares, *President of the Portugal-Africa Foundation, Portuguese President (1986-1996)*
Rui Moreira, *Mayor of Oporto*

GUEST SPEAKER

Mário Machungo, *Chairman of the Board of Seguradora Internacional de Moçambique (SIM), Prime-Minister of Mozambique (1986-1994)*

11h00 > 11h30 Coffee-Break

11h30 > 13h00 Africa: ways for going global?

Africa began to grow again in the last decade following 30 years of impoverishment and marginalisation. While growth is again largely dependent upon commodities, strong infrastructural investment was made and middle classes rose all over the Continent, with a renewed interest of new and old players. Are we witnessing the end of the post-colonial era and the entering of Africa into the globalised world?

Elizabeth Sidiropoulos, *Director, South Africa Institute of International Affairs (SAIIA), Johannesburg*
Mário Pizarro, *Consultant, Deputy Governor of the Central Bank of Angola (1982-1986), Luanda*
Alex Vines, *Director for Area Studies and International Law, Chatham House, London*
Daniel Bach, *Professor, Sciences-Po, Centre Emile Durkheim, Bordeaux*

MODERADOR

Fernando Costa Lima, *Administrador do Banco Português de Investimento, Porto*

14h30 > 16h00 África-Europa: caminhos de mudança?

As relações África-Europa apesar de próximas nunca foram fáceis. Atualmente, o fluxo de refugiados que entra na Europa, em resultado da guerra na Síria, do colapso da Líbia, da violência do islamismo radical ou da procura por condições mínimas de sobrevivência, tem um forte impacto nas perceções recíprocas e nas prioridades da cooperação. Considerando estes factos e o futuro da parceria de Cotonou, que perspetivas de mudança se apresentam?

José Manuel Briosa e Gala, *Assessor Especial do Comissário Europeu do Desenvolvimento, Bruxelas*

Christine Hackenesch, *Co-Coordenadora para África, German Development Institute (DIE), Bonn*

Lorenzo Rinelli, *Professor, Universidade da Califórnia – Rome Center Faculty, Roma*

Adebayo Olukoshi, *Diretor para África, International IDEA, Adis Abeba*

MODERADOR

Fernando Jorge Cardoso, *Investigador, Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF), Lisboa*

16h00 > 16h30 Pausa-café

Lançamento do livro *Díaspóra portuguesa em Angola*

16h30 > 18h00 África-Portugal: uma relação especial?

A relevância das relações com África é objeto de consenso nacional e, em muitas capitais africanas, Portugal é visto como um facilitador de entendimentos políticos. Apesar destas perceções, em resultado de constrangimentos financeiros e de outras prioridades políticas, o país tem vindo a diminuir a sua presença na agenda da cooperação. As relações com África serão mesmo estratégicas para Portugal?

CHAIR

Fernando Costa Lima, *Member of the Board of Banco Português de Investimento, Oporto*

14h30 > 16h00 Africa-Europe: ways for change?

Africa-Europe relations were always close, but never easy. Today, the flow of refugees into Europe escaping from civil war in Syria, the collapse of Libya, the spread of radical jihadism or searching for survival is again changing perceptions in Europe and Africa on the priorities of cooperation. Considering these realities and the future of the Cotonou Partnership Agreement, what are the prospects for change in these reciprocal relations?

José Manuel Briosa e Gala, *Special Adviser for the EC Commissioner for Development, Brussels*

Christine Hackenesch, *Co-Regional Coordinator for Africa, German Development Institute (DIE), Bonn*

Lorenzo Rinelli, *Professor, University of California – Rome Center Faculty, Rome*

Adebayo Olukoshi, *Director for Africa, International IDEA, Addis Ababa*

CHAIR

Fernando Jorge Cardoso, *Senior Researcher, Instituto Marquês de Valle Flor (IMVF), Lisbon*

16h00 > 16h30 Coffee-Break

Launching of the book *Portuguese diaspora in Angola*

16h30 > 18h00 Africa-Portugal: a strategic partnership?

The relevance of a special relationship with Africa is hardly contested in Portugal. In many African capitals Portugal is seen as an honest broker and consensus builder. However, financial constraints and other political priorities have contributed to a decreasing role of the country on the overall cooperation agenda. Are relations with Africa really strategic for Portugal?

Carlos Sangreman Proença, *Professor, Universidade de Aveiro, Aveiro*

Clara Carvalho, *Diretora do Centro de Estudos Internacionais, CEI-IUL, Lisboa*

Victor Borges, *Consultor, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde (2004-2008), Praia*

MODERADOR

Hélder de Oliveira, *Diretor Executivo, Fundação Portugal – África, Porto*

18h00 | Encerramento

Irene Paredes, *Vogal do Conselho Diretivo do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua*
Francisco de Carvalho Guerra, *Vice-Presidente da Fundação Portugal – África*

20h30 | Cerimónia

Jantar Comemorativo do 20^º aniversário da Fundação Portugal-África (por convite)

CONVIDADO ESPECIAL

Luís Amado, *Presidente do Conselho de Administração do BANIF, Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (2006-2011)*

Carlos Sangreman Proença, *Professor, University of Aveiro, Aveiro*

Clara Carvalho, *Director of the Center for International Studies, CEI-IUL, Lisbon*

Victor Borges, *Consultant, Minister of Foreign Affairs of Cape Verde (2004-2008), Praia*

CHAIR

Hélder de Oliveira, *Executive-Director of the Portugal–Africa Foundation, Oporto*

18h00 | Closing

Irene Paredes, *Member of the Board of Camões – Institute of Cooperation and Language*
Francisco Carvalho Guerra, *Vice-President of the Portugal–Africa Foundation*

20h30 | Ceremony

Commemorative Dinner of the 20th anniversary of the Portugal-Africa Foundation (by invitation)

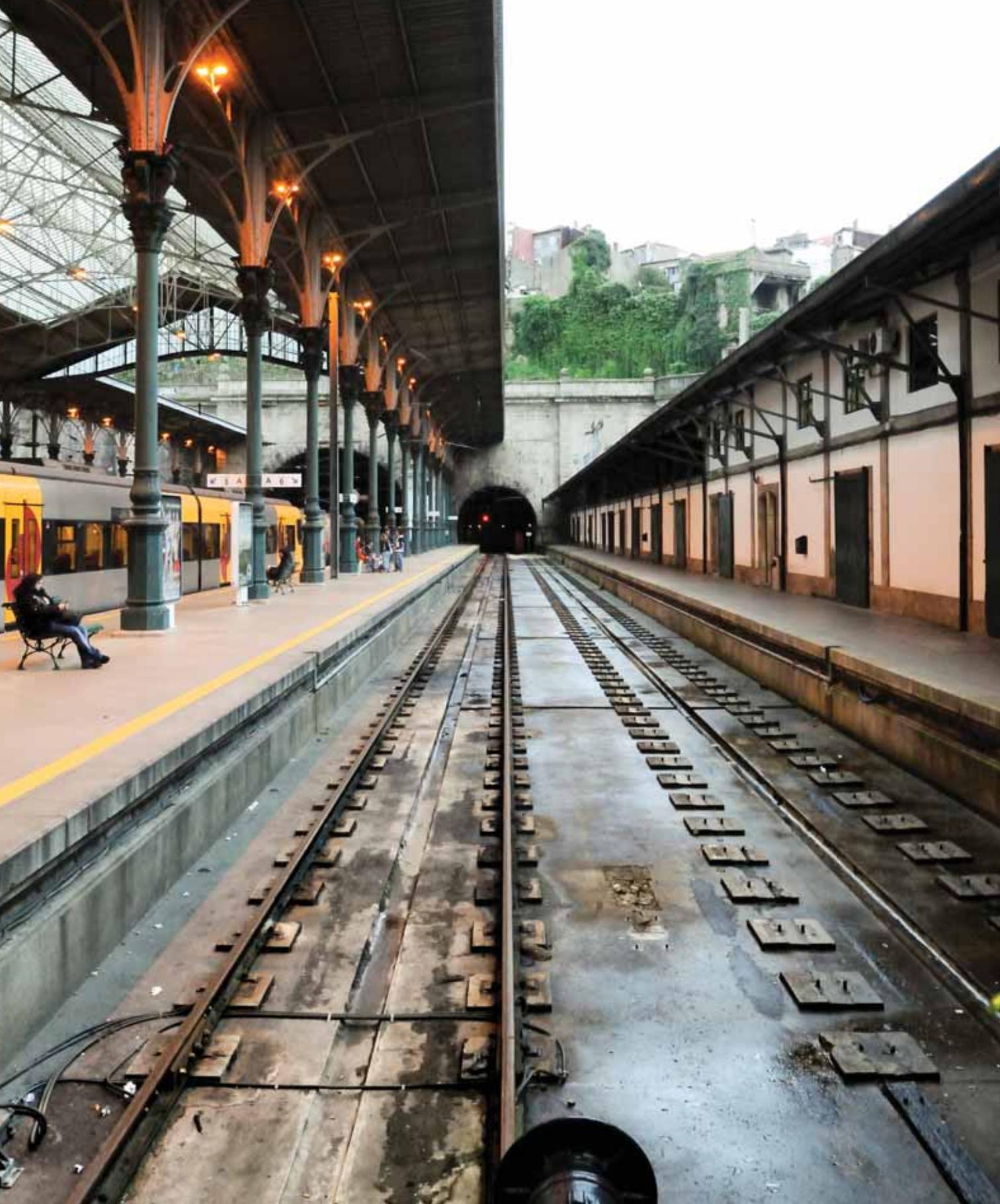
SPECIAL GUEST

Luís Amado, *Chairman of the Board of BANIF, Minister of State and Foreign Affairs (2006-2011)*



Abertura
Opening







Rui Moreira

*Presidente da Câmara do Porto
Mayor of Oporto*

Para a cidade do Porto é uma honra receber esta conferência internacional intitulada “África- Caminhos do Futuro”. Gostava de agradecer à Fundação Portugal-África por, no Ano para o Desenvolvimento, decretado pela União Europeia, relembrar a importância do continente europeu neste esforço, reafirmando os princípios de defesa da dignidade humana e de melhoria da vida das populações como valores europeus e universais. Isto é também, evidentemente, uma questão ideológica nestes dias tristes, enfadonhos e monocromáticos em que a simples evocação da diferença logo assume o contorno de uma ameaça. O programa desta conferência debruça-se não só sobre a diferença, mas também sobre os pontos de contacto.

No Porto temos tido um papel importante no que toca à relação entre os dois continentes, africano e europeu, especificamente no desenvolvimento da relação entre cidades. O Porto tem procurado aproximar-se dos seus pares africanos numa lógica de respeito e ganhos mútuos, e tendo sempre em conta o desenvolvimento dos nossos parceiros como grande objetivo. Eu próprio visitei estes anos as cidades de Luanda e de Marraxquexe, no primeiro caso com o objetivo de reforçar a geminação existente e, no segundo caso, para estabelecer novas relações e entendimentos. Ao mesmo tempo apoiámos a realização do Fórum Económico Europa-África, visando a realização da confederação empresarial dos

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, onde estive presente e constatei o enorme potencial das nossas relações com o continente africano.

Os nossos dois continentes estão ligados por um vínculo que só o tempo longo constrói. Mas para além dos continentes e países, é importante que as cidades, atores tão importantes no atual panorama global, se procurem aproximar, dando preferência àquelas com que partilham uma história e, em muitos casos, também uma língua.

O continente africano está no topo dos índices de maior crescimento económico dos últimos anos. A sua atratividade e potencialidades estão à vista e refletem-se no aumento crescente do investimento direto estrangeiro, bem como no aumento das trocas comerciais. África está a fazer um caminho diferente, para que o continente não seja simplesmente um fornecedor de matérias-primas. Assim, apesar da história em comum, já referida, muito há a fazer no que toca à amplificação deste relacionamento económico.

Esta conferência procura evidenciar os caminhos de desenvolvimento que se abrem ao continente africano e as óbvias correlações com o continente europeu, permitindo a identificação e elaboração de sinergias e de novas ideias. Espero sinceramente que este intensivo dia de debate no Porto sirva para aumentar o conhecimento mútuo, e para a verdadeira troca de boas práticas, com ganhos equitativos e recíprocos para todos nós. Neste âmbito, é bom que fique claro que a verdadeira troca de boas práticas



não pode significar nunca uma tentativa tardia de neocolonialismo como muitas vezes vimos assistindo, em discursos que ouvimos em vários locais e contextos. Aos que de vós nos visitam pela primeira vez, desejo as boas-vindas ao Porto. Espero que possam andar um bocado pelas ruas da cidade, pelo centro histórico, compreendendo o seu carácter e as suas particularidades. É uma cidade vibrante e segura que entusiasma quem a conhece.



Mário Machungo

Presidente do Conselho de Administração da Seguradora Internacional de Moçambique, Primeiro-Ministro de Moçambique (1986-1994)

Chairman of the Board of Seguradora Internacional de Moçambique, Prime-Minister of Mozambique (1986-1994)

ORADOR CONVIDADO
GUEST SPEAKER

Saúdo, em primeiro lugar a iniciativa da Fundação Portugal-África em celebrar o seu vigésimo aniversário realizando esta conferência internacional onde se discutem temas de importância vital em relação à cooperação entre África e a União Europeia. Estes debates são importantes, na medida em que através deles se podem fazer a análise crítica das experiências de cooperação, estabelecendo mecanismos que conduzam a um melhor aproveitamento dos programas de cooperação em

benefício de todos, de forma a realizar os objetivos de desenvolvimento sustentável recentemente definidos nas Nações Unidas.

Nesta sessão de abertura julguei importante sumarizar as experiências passadas, que servem para perspetivarmos o presente e imaginarmos o futuro. Vamos partir das relações entre a União Europeia e a África, deixando de lado o longo passado histórico de relacionamento entre os dois continentes. A partir de 1964, com as convenções de Yaoundé e Lomé, foram estabelecidos dispositivos de cooperação que visavam o desenvolvimento dos países de África, Caraíbas



e Pacífico – ACP. O acordo de Cotonou, assinado no ano de 2000 com a validade de 20 anos, e com revisões em 2005 e 2010, procurava a erradicação da pobreza pela via da integração económica, realçando o diálogo político, a boa governação e a democracia. Na cimeira Europa-África, realizada na cidade de Lisboa em 2007, foi estabelecida uma estratégia conjunta entre África e a União Europeia, que alargou os objetivos da cooperação a temas de interesse mútuo, tal como as questões relacionadas com migrações, alterações climáticas, e estabeleceu também protocolos que conferissem maior eficácia à cooperação. Segue-se a cimeira de Trípoli de 2010, em que se continuou a discutir o investimento e o seu impacto no crescimento económico e na criação de emprego, os mecanismos para o reforço da atividade económica, e o papel do setor privado na cooperação e desenvolvimento face à constatação de que a ajuda não se revelou suficiente para garantir o desenvolvimento. Nesta cimeira, os parceiros tinham como objetivo conjunto conduzir a relação entre África e a União Europeia a um novo patamar estratégico, com uma parceria política reforçada e uma cooperação mais intensa a todos os níveis. A cimeira declara que “a parceria esforçar-se-á por diminuir a clivagem entre a África e a Europa em termos de desenvolvimento, reforçando a cooperação económica em ambos os continentes para que possam viver lado a lado em paz, segurança, e prosperidade humana”. Esta cimeira define também alguns princípios que norteiam a parceria: os princípios fundamentais da unidade africana, o princípio da interdependência entre África e a Europa, o princípio de partilha de responsabilidades e o princípio da observância dos Direitos Humanos, princípios democráticos e Estado de direito.

Em 2014, em Bruxelas, a quarta cimeira toma decisões importantes para o reforço da cooperação entre os dois blocos no contexto dos desenvolvimentos políticos e económicos que se registaram nos dois continentes. Nesta cimeira, os objetos de cooperação mais destacados são a necessidade de promover a integração económica baseada na agricultura e numa industrialização de alto valor acrescentado,

salientando-se também a importância das instituições financeiras e dos serviços como vetores para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Declara-se que a União Europeia continuará a ajudar os países africanos na elaboração de estratégias para o desenvolvimento nacionais e regionais, no sentido de aumentar a resiliência em termos de clima e de baixas emissões. A cimeira reafirma ser necessário proceder-se a uma transformação da agricultura para garantir a segurança alimentar e criar um setor comercial dinâmico em África, para a inserção do continente nos mercados globais. Para isto, a União Europeia reconhece ser necessário observar a evolução da Política Agrícola Comum e trabalhar para realizar progressos no que toca a este mesmo objetivo no continente africano.

A cimeira reconhece, mais uma vez, a necessidade de criar novos postos de trabalho, bem como do aceleração da industrialização e dinamização do setor empresarial, assentes na valorização acrescentada das matérias-primas dos países de origem como catalisadores do desenvolvimento industrial para alcançar os países de rendimento médio. Presta atenção, portanto, à necessidade de promover o ambiente de negócios e a geração de Pequenas e Médias Empresas – PME, pelo papel que desempenham na criação de empregos. A União Europeia vai mais longe ao disponibilizar a sua ajuda para a criação de uma zona de comércio livre em todo o continente. Foi na sequência deste compromisso que, a 10 de julho de 2015 foi criada a zona de comércio livre tripartida entre o Mercado Comum da África Oriental e Austral - COMESA, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC e a Comunidade da África Oriental. Nesta cimeira de Bruxelas, reforça-se que ambas as partes devem prosseguir as negociações sobre os Acordos de Parceria Económica – APE, explorando todas as possibilidades que estes acordos oferecem. A cimeira declara ter chegado a altura para operar uma mudança fundamental, “deixando de acorrer à ajuda ao desenvolvimento e utilizando o comércio

e o investimento como agentes de crescimento, emprego e redução da pobreza”.

Apresentamos resumidamente as decisões saídas das cimeiras Europa-África, destacando as da última por nos parecer que procura encontrar soluções para muito obstáculos recorrentes. O professor José Filipe Pinto no seu trabalho “As relações Europa-África: Perspetivas diacrónicas” refere que a cooperação continua a ser encarada como uma ajuda, e como tal o estatuto de doador tem inerente um conjunto de direitos que acabam por precipitar a limitação da capacidade do recetor na tomada de decisão sobre as linhas da ação a tomar.

Numa conferência em 2012, o antigo presidente da Tanzânia, Benjamin Mkapa, exprimiu a opinião de que as exportações podem desempenhar um papel importante no desenvolvimento, mas que não deixam de ser apenas um dos pilares. O principal sustentáculo deve ser o incremento das capacidades de produção interna. Reitera também que o continente não pode prosseguir um caminho de desenvolvimento baseado nas exportações de matérias-primas sem processamento, o que constitui uma resposta à confiança exclusiva no comércio livre como vetor de desenvolvimento. Os países africanos que subscreveram os APE cresceram pouco

em termos reais e as exportações de produtos não-petrolíferos têm registado uma quebra. Mkapa realça ainda que os países africanos menos desenvolvidos, que não se viram obrigados pela Organização Mundial de Comércio a baixar as tarifas alfandegárias, terão que fazê-lo se aderirem aos APE. Este facto poderá afetar seriamente a capacidade de industrialização da região. Um inquérito realizado pelos consultores Miranda Ferreira, António Costa Rodrigues e João Campos Mota para Cabo Verde, sobre o impacto dos APE naquele país, concluiu que representam, num primeiro tempo, uma diminuição acentuada das receitas do Estado.

Um empoderamento dos atores desfavorecidos deve ser a linha a ser seguida. Este acordo comercial tripartido é o sinal do empenho dos líderes africanos em potenciar o desenvolvimento do continente. Os APE entre a Europa e África, neste contexto, devem ajustar-se a este programa e às agendas africanas para desempenharem um papel positivo no processo. África abre-se hoje à cooperação com novos atores, nomeadamente da Ásia, onde se destacam a China e a Índia que têm aumentado a importância estratégica do continente.





No debate que se seguiu às intervenções iniciais, exprimiu-se preocupação sobre a falta de atratividade da maioria dos países africanos para os investidores, essencialmente pelo facto desses países não terem o ambiente correto para propiciarem os negócios e o investimento. Dessa forma, mesmo que um investimento possa ser mais produtivo ou lucrativo num país africano, os investidores retraem-se porque o grau de segurança será superior noutros países. Para além disso, os investidores africanos que trazem o investimento para a Europa e beneficiam de boas condições, não fazem o esforço necessário para que essas condições existam no seu continente de origem.

Referiu-se as negociações, mais ou menos secretas, entre a Europa e os Estados Unidos da América para a criação de um mercado transatlântico, alertando para o perigo do continente africano ser, de certa forma, deixado ao poderio asiático, bem como de as relações entre a Europa e África poderem sair prejudicadas.

Foi referido que, apesar do continente africano ter crescido a níveis de 5% a 7% nos últimos anos, tal deve-se essencialmente ao investimento asiático, mais precisamente chinês, no mercado de matérias-primas. Por outro lado, poucos países em África conseguiram atingir as metas dos objetivos de desenvolvimento do milénio e têm valores muito baixos de desenvolvimento humano. O grande crescimento baseado na exportação de matérias-primas tem de servir de base à produção de produtos de valor

acrescentado a médio e longo prazo. Transformar a estrutura económica do país deve, portanto, ser o objetivo principal. Para além disso, a aposta no capital humano é fundamental; uma política de desenvolvimento que ignore a formação humana não tem qualquer tipo de sentido.

Isto comporta grandes desafios num contexto em que o continente africano tem uma estrutura etária maioritariamente jovem e se poderá tornar, até 2035, o maior fornecedor de mão-de-obra à escala mundial. Estes “dividendos demográficos” poderão ser uma vantagem, mas também um problema, caso não se criem postos de trabalho para compensar esse crescimento.

Namoro

Mandei-lhe uma carta em papel perfumado
e com a letra bonita eu disse ela tinha
um sorrir luminoso tão quente e gaiato
como o sol de Novembro brincando de artista nas acácias floridas
espalhando diamantes na fímbria do mar
e dando calor ao sumo das mangas.

sua pele macia – era sumaúma...

Sua pele macia, da cor do jambo, cheirando a rosas
tão riço e tão doce – como o maboque...

Seu seios laranjas – laranjas do Loge
seus dentes... – marfim...

Mandei-lhe uma carta
e ela disse que não.

Mandei-lhe um cartão
que o Maninjo tipografou:

"Por ti sofre o meu coração"

Num canto – SIM, noutro canto – NÃO

E ela o canto do NÃO dobrou.

Mandei-lhe um recado pela Zefa do Sete
pedindo rogando de joelhos no chão
pela Senhora do Cabo, pela Santa Ifigénia,
me desse a ventura do seu namoro...

E ela disse que não.

Levei à avó Chica, quimbanda de fama
a areia da marca que o seu pé deixou

para que fizesse um feitiço forte e seguro
que nela nascesse um amor como o meu...
E o feitiço falhou.
Esperei-a de tarde, à porta da fábrica,
ofertei-lhe um colar e um anel e um broche,
paguei-lhe doces na calçada da Missão,
ficamos num banco do largo da Estátua,
afaguei-lhe as mãos...
falei-lhe de amor... e ela disse que não.
Andei barbado, sujo, e descalço,
como um mona-ngamba.
Procuraram por mim
" - Não viu...(ai, não viu...?) Não viu Benjamim?"
E perdido me deram no morro da Samba.
E para me distrair
levaram-me ao baile do sô Januário
mas ela lá estava num canto a rir
contando o meu caso às moças mais lindas do Bairro Operário
Tocaram uma rumba dancei com ela
e num passo maluco voamos na sala
qual uma estrela riscando o céu!
E a malta gritou: "Aí Benjamim!"
Olhei-a nos olhos - sorriu para mim
pedi-lhe um beijo - e ela disse que sim.

Viriato da Cruz
Angola





[Painel Panel 1]

África: na rota da globalização?
Africa: ways for going global?





Elizabeth Sidiropoulos

Directora, South Africa Institute of International Affairs (SAIIA)

Director, South Africa Institute of International Affairs (SAIIA)

A recent art exhibit in Johannesburg was called “we are not in Kansas anymore” and picks up from the old movie *The Wizard of Oz*, where Dorothy is driven into a tornado and led to another place. And she says in *Oz*: “We are not in Kansas anymore”. The exhibition reflected the fact that we find ourselves in strange surroundings, where we are outside our comfort zone. This phrase is an attempt or a metaphor to comment many challenges faced by South Africa in the last 21 years of democracy. I thought it was appropriate to mention it in this panel, because there is an environment that is “not Kansas anymore” or a “new normal”.

In spite of the broader narrative in the last decade about a “rising Africa” and the upwards economic trajectories, Africa is also experiencing a change in the context of a changing world. This is linked to the slowing economic growth in China in the past few months and to the fact that the super-commodity cycle is over. IMF projections for Africa’s growth are positive - around 4.5% - but it masks huge variations and differ from much higher growth rates in past years. We are still dealing with significant developmental and poverty challenges, which we are also grappling to tackle from a governance perspective. The oil and commodity price slump has affected producers, with a significant impact in countries as South Africa - with serious questions in the last few months about the ability and sustainability of our steel industry. This has to be put

into a broader perspective by analysing what is happening in emerging economies, with increasingly concerning developments.

In a number of African countries, we witness growing fiscal deficits, growing debt service burdens, and the fragility of a growing middle class. These vulnerabilities have the potential to translate into regressions in our middle income. In addition, by 2035 the number of Africans joining the workforce will exceed those from the rest of the world; this can be seen as a very significant boom, but only if you can use that demographic dividend in a constructive way to reinforce economies that can actually employ these people. Against that, there are growing transnational security threats, with violent extremist and radical Islamism, often coinciding with areas where we anticipate significant economic growth, with potential implications for the ongoing “Africa rising” narrative. The issues of conflict and extremism, as well as political and social disaffection, expose the challenges of societal resilience.

African countries need to think much more creatively about particular types of external actors and the role they can play in the African strategies, to take advantage of the existing opportunities. Johannesburg and Pretoria are now fully engaged in the reception of the African-China summit (FOCAC), which is the second of this kind; also, we have just come out of an India-Africa Forum summit with 41 African heads of state and many commitments from India in terms of grants, lines of credit, assistance on health issues, support to small enterprises, etc. This kind of relations and



external support are very important, provided that they operate within an internal and regional policy environments and frameworks that can maximise the potential of these partnerships. For instance, if India commits to training or providing scholarships to 20.000 African students in particular disciplines, how will African economies adapt in order to optimize and use the acquired knowledge once these students return (rather than losing them to other regions)? This example calls for more effective education systems that can effectively channel knowledge and skills. Therefore, this is a huge challenge to many sectors and speaks to a much broader and systemic approach that can only be provided by more effective public policies and environments.

South Africa has put a lot of emphasis in many of the new emerging partners. The question is if we have the guts and willing to have difficult conversations with China about our steel industry, with India about access to Indian markets, and so on.

We should also consider the role South Africa can play in the southern African region, as it was for many years considered the rainbow nation, being also the most sophisticated economy in the continent, with strong institutions, and until very recently the largest economy. One major challenge for South Africa is the degree to which we have been complacent and in our comfort zone, seeing the world as if it was 1994 and not the world of 2015. We are no longer the biggest economy, but that's not necessarily a problem.

We have often a role in advancing an African agenda at the global level and in many platforms in which South Africa seats, but some of these credentials have become seriously eroded in the past two decades (most recently by the outbreak of xenophobia, which also speaks to concerns about social inclusion).

We have an accentuated social unrest, giving rise to political formations that thrive on demagoguery and social exclusion, as well as a political system that faces substantial challenges within its own unity and integrity. All this undermines our ability to focus on the big issues.

I would like to highlight five critical issues for South Africa in the regional context, because the country has a responsibility in regional leadership and needs to think in a region-wide approach in order to address some of the substantive social-economic challenges. Firstly, how will the mega-regional agreements, as the transatlantic and transpacific agreements, affect our trade relations and our ability to build up our trading presence globally? Secondly, what do these developments mean for southern Africa integration and for the need to build a manufacturing base? Thirdly, how will South Africa position itself as a gateway in Southern Africa, in terms of attraction of investment, skills and people, including our integration in global value chains? Fourthly, what is the constructive agenda for development between the private and public sectors? The division between private and public sectors is no longer applicable when there are developmental challenges that cannot be sufficiently addressed by the aid envelope. Finally, the challenge of social cohesion and inclusion, linked to mobile labour markets (which we have been very hesitant to engage on in the SADC). Southern Africa therefore needs foreign policy calibration, with primary economic and political alliances within the region and critical thinking about the way emerging powers feed into that, rather than looking at these actors as the endpoint and destination.



Mário Pizarro

*Consultor, Vice-Governador do Banco de Angola
(1982-1986)*

*Consultant, Deputy Governor of the Central Bank
of Angola (1982-1986)*

O Século XXI marcou a retoma do crescimento em África após 30 anos de empobrecimento e marginalização. Apesar do crescimento ser tributário da procura de matérias primas houve um forte investimento em infraestruturas e um alargamento das classes médias, com um redobrado envolvimento de atores externos. Será que estamos a assistir ao fim da era pós-colonial e à entrada de África num mundo globalizado? Este é um tema que gera controvérsia entre políticos, economistas e académicos.

Segundo Grace Evbuomwan, a globalização significa diferentes coisas para diferentes pessoas. Um consideram-na um processo positivo com a possibilidade para aumentar a produtividade e o nível de vida das pessoas; outras consideram que aumenta a desigualdade entre países, ameaça o emprego e as condições de vida e condiciona o progresso social. Ainda segundo a mesma autora, as oportunidades são muitas, incluindo mercados globais, economias de escala e ganhos de eficiência, mas os países em desenvolvimento, em particular os mais pobres, têm fracas capacidades para aceder às vantagens do mercado global.

Os governos africanos têm que encarar a globalização com a plena consciência dos riscos e das oportunidades envolvidas. Por um lado, o desenvolvimento no quadro de fortes agrupamentos regionais ou sub-regionais pode ser uma resposta desejável às poderosas forças da globalização. A integração regional permite aos países Africanos estabelecer empresas competitivas e de larga

dimensão, e infra-estruturas regionais. No entanto, para que a integração regional seja um veículo efectivo para integração na economia mundial, os Governos Africanos têm que ultrapassar o eterno problema da falta de vontade política de integração, e trabalhar no sentido de uma maior convergência em termos institucionais e de políticas económicas. Será apenas neste contexto que a União Africana ou a Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento da África – NEPAD terão verdadeiro sentido.

Um outro autor, Jekwu Ikeme, considera que a maior controvérsia reside na contradição entre o desenvolvimento sustentável e a própria globalização. Neste âmbito, refere que no vortex destas duas ponderosas tendências jazem as economias africanas, com as feridas da pobreza, guerras civis, fome, superpopulação, deterioração das condições sociais, diminuição da capacidade institucional, fraca capacidade técnica, degradação ambiental, peso da dívida externa e capital humano pouco desenvolvido. Por um lado, a visão da sustentabilidade procura consensos para incorporar as necessidades dos países, parcerias em que os mais fortes ajudem os mais fracos, a integração das preocupações ambientais e de desenvolvimento, bem como a intervenção do Estado para controlar os mercados. Por outro lado, a visão da globalização reduz ou cancela a regulação do mercado (ou seja, em vez de o Estado intervir para impor controlos ambientais, deixa que o mercado regule e espera que os ganhos disto possam servir para protecção ambiental), concede enormes liberdades às grandes multinacionais que dominam esse mesmo mercado e o Estado reduz a sua



intervenção ao mínimo, mesmo nos serviços sociais. Esta visão não tem em conta preocupações de equidade.

Para Alhaji Ibrahim, as pessoas e o mercado importam mais do que o Estado, porque é a economia que conduz os Estados a tomarem decisões. À medida que o mundo fica mais interdependente as decisões são tomadas como um coletivo no domínio económico, e não o Estado politicamente independente. Pode argumentar-se que isto é exemplificado pelos “*latecomers*” que imitam as práticas e adotam as instituições dos países que mostraram o caminho.

Ainda segundo este autor, a posição de África no sistema internacional foi consideravelmente enfraquecida pelo facto de estar a perder a corrida ao desenvolvimento económico e humano para outras regiões. Esta fraca performance fica a dever-se, em parte, à instabilidade política e social e ao desenvolvimento de regimes autoritários que caracterizaram o período pós-colonial, enfraquecendo ainda mais a capacidade dos países lidarem com a globalização de uma forma mais efetiva.

Do ponto de vista positivo, segundo este autor, a globalização facilitou o comércio internacional e o investimento, promoveu a abertura das pessoas a novas ideias, culturas e valores, bem como às tecnologias de informação e comunicação. Outro impacto positivo da globalização foi ter tornado disponível informação sobre como outros países são

governados e sobre as liberdades e direitos que os povos gozam, tendo levado nos países africanos a uma pressão e escrutínio crescentes, no sentido de maior transparência e prestação de contas.

Como impactos negativos da globalização em África, verificamos que a Guerra Fria funcionou de alguma forma em desfavor da democracia e do desenvolvimento económico em África. Economicamente a globalização, no seu todo, reforçou a marginalização económica das economias africanas, e a sua dependência nalgumas matérias primas relativamente às quais a procura e os preços são determinados externamente. Este facto, por outro lado, acentuou a pobreza e a desigualdade económica, assim como a capacidade de um vasto numero de Africanos de participar de forma significativa na vida social e política dos seus países. Como resultado da dominação cultural do exterior que acompanha a globalização, os países africanos estão a perder rapidamente a sua identidade cultural, e assim, a sua capacidade de interagir com outras culturas numa base autónoma e igual, retirando das outras culturas apenas aqueles aspetos que satisfazem as suas necessidades. Para além disso, a globalização ao facilitar o mercado de trabalho através das fronteiras, facilitou a fuga de cérebros, reduzindo ainda mais o seu capital humano.

Na perspetiva de Anthony Giddens, a globalização constitui um processo de modernização do sistema



mundial através da utilização das instituições. É multifacetada, tem lugar a todos os níveis da sociedade e é dominada por empresas transnacionais e instituições financeiras operando com independência, implicando de alguma forma que o modo de produção capitalista e o comércio substituam economias protecionistas, através da especialização e globalização.

Na última década, constatamos que no geral os países africanos têm registado taxas de crescimento muito favoráveis, com o fluxo de investimento externo a aumentar consideravelmente (mesmo excluindo o petróleo e os produtos mineiros). Independentemente destes aspetos positivos, África tem ainda um longo caminho a percorrer para se enquadrar da melhor forma dentro dos desafios da globalização. Nomeadamente, o continente africano permanece marginal em termos de comércio internacional. No que respeita à exportação de serviços, África representava 1,6% do comércio mundial em 2005 e 1,9% em 2013. Em termos de exportações globais, África representava em 1948 7,3%, em 1973 desceu para 4,8% e essa percentagem caiu para 3,3% em 2013. Se considerarmos o comércio intra-africano em comparação com outras regiões do mundo, este representa na África subsaariana 2,1% (dados de 2006), enquanto na Ásia e Europa representava respetivamente 45% e 71%. O peso da economia

informal no Produto Interno Bruto é de 37% na África Subsaariana, enquanto na região Ásia e Pacífico é de 17% (sendo a média mundial de 17%).

Tanto no Norte de África como na África Subsaariana, as duas principais barreiras para investir e fazer negócios encontram-se no acesso ao financiamento e na corrupção. Relativamente ao peso de vários setores, vemos por exemplo que a maquinaria pesada só representa 0,4% nas economias da África Subsaariana, enquanto essa percentagem é de 13% na Ásia e de 66% na OCDE. Quanto ao fluxo de investimento externo, a África Subsaariana também fica bastante atrás da Ásia e da América latina.

Para concluir, e para responder à questão que é colocada por este painel, a resposta é sim: a era pós-colonial já passou e não pode continuar a servir para justificar os erros ou fracassos dos governos africanos. O mundo é globalizado e estamos numa nova realidade que é preciso encarar. Para os países africanos, os principais desafios estão no desenvolvimento do capital humano, na adoção de medidas e/ou reformas para o funcionamento efetivo das organizações económicas regionais e sub-regionais, no reforço institucional e na defesa do seu capital natural. África tem hoje cerca de mil milhões de habitantes e prevê-se que em 2050 terá 1.9 mil milhões, o que representará um grande desafio para a redução da pobreza e o aumento do consumo.



Alex Vines

Diretor de Estudos Interdisciplinares e Direito Internacional, Chatham House

Director for Area Studies and International Law, Chatham House

will mention some points about globalisation and Sub-Saharan Africa. 2015 is a watershed, and some of the discourses we have been having for the last decade need to change, because this low-commodity cycle, certainly in terms of oil prices, could be different from previous ones. What is the driver we are seeing? What is the perception of China, India, Turkey or South Korea, and why have these actors suddenly reengaged in the last decade in Sub-Saharan Africa?

The first factor is linked to commodities, or the need for these countries to have resource security and diversification. This has been consistent: 85% of platinum, 55% gold and 25% of agricultural land are in Africa and still underexplored. In terms of resource extraction, Africa remains strategic. For example, 7% of France's energy comes from Uranium from Niger and that is not likely to change soon.

Another factor is related with demography; the one billion Africans that will be born in the following decades and of whether they would become consumers or rather poor populations. Africa is the final frontier of globalisation and has been less attached to the global economic and political system. This is changing with a emerging middle class, which is growing and increasingly interconnected. Despite setbacks and disappointments, there also indicators of growing stability in the continent, if compared with the 1990's. It is therefore a more stable and prosperous continent than before.

For (re)emerging powers that are interested in Africa, the continent represents a location for

symbolic diplomacy and development cooperation. Europe does the same, as it is easier to experiment on future structures and strategies in Africa than it is elsewhere. Most UN Security Council resolutions and actions are on Africa, not just because the continent is important, but also because it is easier to get consensus and agreement. There is also the strategic importance of Africa, with 25% of the UN members being African states, which means that pursuing reforms and changing of the global system requires African votes and support. The same can be said regarding the election of non-permanent Security Council members and other elections.

China, France, Turkey, South Korea and a growing number of states are organising for several years or seeking to organise regular or annual meetings with the African continent. With the commodity downturn cycle there has been some recalibration and rethinking; and the slow-down of the Chinese economy is noticeable in its impact. For example, between January and September 2015, Angola's trade with China has decreased by 44.3%, while Chinese exports to Angola have also declined 24%, with dramatic impact on the Angolan economy. Mozambique is also suffering in this regard, with its bilateral trade with China registering a 23.2% decrease.

All of this generated a reappraisal by a set of countries that had been talking about the decline of the West. For example, the last state-of-the-union speech of Robert Mugabe talked about the importance of reengaging with the West, when ten years ago



he stated that “we have turned East, where the sun rises, and turned our backs to the West, where the sun sets”. In Angola, José Eduardo dos Santos has been encouraging better relations with the United States, but also with France and Italy.

Foreign direct investment is going to be increasingly important for Africa in the coming decade. In 2011, the United States, the United Kingdom, France, South Africa and Malaysia are the strongest sources of FDI. If we look at last year, in terms of bookable projects funded by foreign direct investment, the USA, the UK and South Africa stand as the leaders. This is thus very different from the China and India narrative that we have been listening for last decade, as the reality is much more complex. Private equity funds or sovereign funds are going to be increasingly important. And there are certainly roles to be played by Portugal in these process of reappraisal, since Portugal is strategic namely in Angola or Guinea-Bissau.

As more countries diversify their relations, there is one country in Africa pulling in a different ideological direction: South Africa. However, South-Africa risks being trapped in its BRICS narrative and membership. Although it is important for the ANC leadership as an anti-US rhetoric mechanism and also for

internal political support, this strategy cannot be helpful for an economy that still significantly relies in Western and US investment.

In sum, I believe that even though these following decades might still be Asian, Mister Mugabe was wrong when saying that “the sun is setting in the West”. Despite China's official non-interference policy, Beijing itself is changing. It has been taking measures to ensure that the funds are used wisely and productively; it even asked for audits of its investments in Angola – who would even imagine that?

I see greater realism arising from African governments that recognise they need diversified partnerships to navigate a changing world order. There is no doubt that China remains part of the calculation as an emerging superpower, but improving relations with the West is back in fashion too. Today is far from being a zero-sum choice between the east and the west, or even the north and the south; it is about diversification of partnerships – and this is increasingly the favourite strategy of many African governments. They have much to win in this situation, but it will require wise and strategic long-term vision and leadership in order to make this opportunity work for poverty reduction and equitable growth.



Daniel Bach

*Professor, Sciences-Po,
Centre Émile Durkheim*
*Professor, Sciences-Po,
Centre Émile Durkheim*

I agree that 2015 is likely to be a watershed, especially in terms of changing perceptions. In many ways discussing Africa's ways of being global has been going through boom and bust cycles, a bit like the commodities. In fact, the debates about the commodities were completely different twenty years ago, as well as the discussions on demography, which was considered to be a burden in Africa but emerged with a new perspective as part of the narrative on a "rising Africa". A number of issues have been completely reassessed, compared to the 1990s. One should not forget that Africa was not only a hopeless continent in that decade, but a continent where the prospects for global integration were linked to the instrumentalisation of criminal networks and the criminalisation of politics and policies in Africa. In other words, Africa was presented as a continent that had absolutely no capacity to produce smart public policies. In the 1990s, the only country that could claim to be in a developmental track was Mauritius – and in many ways, until further assessment, this is still the case.

The 2000s are associated with a number of narratives (which are not only narratives but also patterns of interaction, changing representations, etc.) that present Africa as the new global frontier. I like this idea of frontier as it was coined by the American historian Jackson Turner in the end of the XIX century, as a way of making sense of the whole history of the US: as European emigrants were going towards the west, they were progressively becoming

true Americans. This is nevertheless a very ambivalent narrative, because it overlooked what happened to the environment and to Native Americans, who were exterminated or completely marginalised. The frequent association between the developments in Africa in the past fifteen years and the emergence of Africa as a new frontier is very relevant, and this ambiguity has been constantly present.

Currently, a number of narratives that were associated with the "rising Africa" idea, linked to the commodity boom, are gone. The commodity boom lasted until some years ago and was deeply undercut not only by China weakening demand but also by the shale gas production in the US. In 2000, the US considered to be strategic the development of imports from West Africa to reach 25% of American imports coming from this region, in order to alleviate oil dependence from the Middle East. In fact, due to American shale gas, Nigeria is no longer exporting oil to the US.

The commodity boom has triggered a number of changes and new perceptions. Philippe Chalmin, who publishes a yearbook on commodities, stated in 2003 (just before oil prices started rising) that commodities would not save Africa and that we should paradoxically be celebrating the decline in this field, in the sense that Africa could have discovered a few decades after Asia that its true wealth resides in its human capacity.

Regarding the need for the diversification of African economies, we should note that at a time



where African diversification away from commodities was most needed, the incentives to do so were very scarce. This is a challenge that many African countries have not addressed and are now obliged to do so, in a dramatically changed context.

The issue of China in Africa is also important. The alternative development model that it offered is still to be confirmed, despite the big changes that have occurred, as the drive towards investment in infrastructures or the “oil for infrastructures” deals.

I often hear about the difficulties of the so-called dialogue between the European Union and Africa, but we have to compare it with other situations: for instance, the US regularly approves legislation and declares African states as eligible or non-eligible, with no discussion; the China-Africa forums don't have the kind of public discussion we find in the EU-Africa Summits and we don't see NGOs pushing for African interests in the streets of Beijing.

A new time is emerging where questions are going to be asked about China's involvement in Africa. And one should mention the example of Venezuela, as a result of the loans, the lack of transparency and the

mortgage of the country's resources in the agreements made with China, signed in a context where no one anticipated the downturn in oil prices. Although China as certainly contributed to change the aid-business nexus in Africa, to diversify the international relations of African countries and other positive aspects, the situation is definitely unfolding differently.

The “rising Africa syndrome” is where I would be optimistic, as I agree there is a legacy of the 2000s with the increment of entrepreneurship. Even in countries that were utterly corrupt we witnessed the capacity to produce entrepreneurs, diasporas returning to Africa, new synergies emerging from increased connectivity and new technologies, the rehabilitation of the transport corridors in East Africa, etc. The main question remains about what sort of public policies are being led by African states; do they have the capacity, both individually or regionally, to ensure that the increasing dilution of local-regional-global frontiers does not mean increasing extraversion and dependency?

Another issue relates to the collective capacity or potential from African countries to weight



on international institutions' decisions. However, this is a little bit like Europe in the IMF: in theory it's true, but in practice very little has happened. The international trade negotiations are highly illustrative of this problem; the Africans had the potential capacity to block things, but did not act for getting things moving or to include in the agenda issues that were important to the continent. The Economic Partnership Agreements - EPA also reflect the failure of Africans in negotiating their own agendas among themselves, because the results would certainly be different if there was a common position negotiated by African Regional Economic Communities. In addition, the issues at the table of the mega-regional trade agreements are exactly the ones left aside during the negotiations with the European Union and in the African tripartite free trade agreement.

At the moment, we are really at a critical juncture, for two main reasons. First, because the frontier narrative cannot longer be just based in the idea of a rising Africa. We are back to the importance of strategies and the capacity of states to implement smart policies. This is against a background of growing indebtedness of several countries (as illustrates the loan from IMF to Mozambique) and a resurgence of conditionalities. The debates on the beauty of lack of conditionalities are over, and a number of countries are trying to (re)establish institutions that can increase regulatory patterns.

The current situation is very different from 2008, when the crisis in Europe was not matched by any equivalent crisis in Africa. As a result, you had risk and high profits in Africa, while in Europe there was high risk (of the Euro collapse) and little profit. This context is clearly very different today, with the issue of growth sustainability and the lack of equitable redistribution in most African countries. In that sense, we are back to the kind of debate about "growth without development", that Samir Amin mentioned in the 1960s. Plus, the 13th of November events in Paris will have a durable effect, with Europe

becoming a succession of little fortresses with the reestablishment of restrains and boundaries.

In sum, regarding African issues, we should discuss first and foremost the capacity of African states and institutions to craft the future of the continent.

O debate deste painel centrou-se, por um lado, no impacto que determinados fatores – como a queda do preço das matérias-primas ou o crescimento populacional em África – podem ter na economia e na política e, por outro lado, nas perspetivas de colaboração entre vários atores, no plano externo e interno.

A este propósito, foi referida a importância de mobilizar a sociedade civil e o setor privado, apostando na capacidade de mobilizar e coordenar estes dois elementos em torno da intervenção do Estado. A capacidade de formulação e implementação de políticas públicas foi também abordada no debate. Ao contrário do continente africano, onde a análise sobre o Estado neo-patrimonial esteve muito presente nas perspetivas sobre o continente, particularmente nos anos 1990, na Ásia e na América Latina a existência de bolsas de corrupção estatal não prejudicou a capacidade desses países produzirem políticas públicas eficientes. Assim, a cooperação entre o setor público e privado, mesmo com a presença de elementos ou bolsas de corrupção, será muito importante no futuro, desde que estas não coloquem em causa a capacidade do Estado agir com certo grau de eficácia.

No contexto da diversificação das economias africanas, foi referida a necessidade de centrar a ação não só no plano estritamente económico e no desenvolvimento de infraestruturas (apesar da sua importância) mas apostar também no desenvolvimento das competências de trabalho, qualificações, formação

e educação, na medida em que isso tem um papel fundamental no desenvolvimento de um bom ambiente de negócios.

Foi também levantada uma questão sobre o papel que as participações de capital, os fundos soberanos e outros instrumentos financeiros podem ter na diversificação das economias africanas. Com efeito, as empresas de participações privadas e fundos de investimento estão cada vez mais a investir em África (nomeadamente os fundos europeus, mas também americanos) e embora muito deste investimento seja direcionado para a extração de matérias-primas, em alguns países estende-se a outros setores, como é o caso da indústria transformadora na Etiópia. Esta é uma tendência de futuro, com as empresas privadas a precisarem cada vez mais de *expertise* e competências técnicas – o que pode ser muito útil para Portugal no que respeita a Angola e Moçambique, por exemplo.

Relativamente ao preço das matérias-primas, foi questionado o impacto que a queda dos preços tem tido em Angola, não só ao nível económico, mas também no plano das perspetivas de mudança política. Se tivermos em consideração também outros fatores, como o crescente número de jovens que entram no mercado de trabalho, devemos refletir em como é que estas realidades se poderão coordenar para impulsionar transformações institucionais.

Com efeito, se os preços do petróleo desceram para cerca de metade, as receitas do Estado angolano diminuíram ainda mais do que isso, o que revela problemas mais profundos. Foi manifestada a opinião de que o governo angolano não tem tomado medidas



com a necessária profundidade para promover uma real diversificação da economia. Isto é agravado por um contexto de relativa desconfiança face ao investimento estrangeiro, comum em regimes de natureza autoritária, bem como por um contexto interno em que mesmo a iniciativa privada existente durante os últimos anos emanou, em boa medida, do poder político. Por exemplo, Angola tem um dos menores índices de facilidade em fazer negócios, o que é muito importante para a atração de pequenas e médias empresas.

Isto alerta para o facto de existirem, independentemente da crise do preço, um conjunto de problemas de fundo – como os obstáculos ao investimento, tanto estrangeiro como nacional – que devem ser debatidos se pretendemos ultrapassar a situação atual. Para além disso, o governo sempre assumiu que as quedas dos preços de matérias-primas são fenómenos de curto-prazo (com uma duração média de 18 meses a 2 anos), mas as estimativas apontam para uma crise de maior duração. Nesse sentido, há a hipótese de o governo de Angola não ter, de facto, uma estratégia clara para diversificar

a economia e de precisar de ajuda nesse sentido, para fazer face aos desafios atuais com que se confronta a economia do país. É tempo de estabelecer uma política mais coerente e de longo-prazo, que pode ser facilitada pelas reservas ainda existentes.

Em vários países africanos impõe-se a necessidade das políticas públicas se centrarem em aumentar a previsibilidade do mercado e assim atraírem um leque mais vasto de investidores. Abordou-se o exemplo da África do Sul, que evolui no sentido de um maior enfoque nos BRICS, mas que mantém a União Europeia como principal destino dos seus produtos transformados e manufaturados. Qualquer plano para reformular a indústria transformadora no futuro terá de ter em conta, portanto, o relacionamento com a União Europeia. O papel da China no país foi objeto de posições diversas, umas salientando o papel negativo da China na exploração de matérias-primas e no processo de industrialização em África, e outras referindo algumas respostas positivas da China no sentido de criar oportunidades para a indústria transformadora na África do Sul.

ANTES DE PARTIR

Antes de partir
Encherei os meus olhos, a minha memória
Do verde (verde, verde!) do meu País
Para que quando tomado pela saudade
Verde seja a esperança
Do regresso breve

Antes de partir
Encherei os meus ouvidos, a minha memória
Do palpitar que esmorece, enquanto a noite
Cresce sobre a cidade e no campo
Feito o silêncio dos homens e dos rádis...

José Carlos Schwarz
Guiné-Bissau



[Painel Panel 2]

África-Europa: Caminhos de mudança?

Africa-Europa: ways for change?







José Briosa e Gala

*Assessor Especial do Comissário Europeu do Desenvolvimento
Special Adviser for the EC Commissioner for Development*

A minha intervenção divide-se em três tópicos: primeiro, o Acordo de Cotonou e a sua revisão, segundo, a política externa da União Europeia em matéria de migração e, por último, as conclusões tiradas da conferência de La Valetta, com grande atualidade e pertinência face aos acontecimentos recentes.

O Acordo de Cotonou, assinado em 2000, sucedeu à Convenção de Lomé de 1975, revista quatro vezes, e que começou por ser um acordo comercial. O nível de

diálogo crescente acrescentou outras componentes, que Cotonou veio a recolher em termos muito ambiciosos. O ano de 2000 foi um ano de charneira, beneficiando do otimismo do novo milénio e com acontecimentos muito importantes no âmbito do desenvolvimento, incluindo a primeira Cimeira Europa-África no Cairo e a aprovação dos objetivos de desenvolvimento do milénio. E se hoje estamos possivelmente numa fase de maior pessimismo, com preocupações muito fundadas, convém igualmente frisar o esforço coletivo que os países em desenvolvimento fizeram e que muitos passos foram



dados no sentido de atingir esses mesmos objetivos, nomeadamente para a redução da pobreza extrema. Permanece, no entanto, uma vergonha moral que num mundo como o de hoje ainda existam tantas pessoas que morrem de fome.

O Acordo de Cotonou continua a ser único no seu carácter e abrangência. Mesmo numa altura em que a Europa está em concorrência com outros atores e parceiros de desenvolvimento – o que é bom para África – o acordo de Cotonou continua a ser único, nomeadamente em termos quantitativos e da sua extensão geográfica, abrangendo 2 continentes, 28 países europeus e na altura 78 países de África, Caraíbas e Pacífico. A Europa continua a ser, em termos absolutos o maior parceiro de desenvolvimento em África. Entre 2004 e 2014, foram gastos só pela Comissão Europeia mais de mil milhões de euros em mais de 400 projetos em cooperação no domínio de fluxos migratórios e das políticas relacionadas. É também um acordo único em termos qualitativos, um acordo negociado e de parcerias, que abrange as dimensões-chave (política, económica, do desenvolvimento), com planos de ação negociados e aprovados, pelo que é algo que ambas as partes têm interesse em preservar.

Quando ouvimos determinadas intervenções, penso que seria de acrescentar às várias componentes a dimensão psiquiátrica da relação Europa-África, que seria interessante aprofundar, porque parece que continuamos a viver o complexo colonial: do lado africano, o gosto de criticar, em si mesmo extremamente saudável; do lado europeu, a vergonha de assumirmos o que fazemos.

Relativamente aos desafios para a negociação dos acordos pós-Cotonou, é de sublinhar que o mundo mudou dramaticamente nos últimos quinze anos e as questões colocam-se de forma bastante diferente. O novo acordo terá certamente um maior enfoque nas questões da paz e segurança, porque o mundo assim o obriga. Não temos ideia do esforço que a Comissão Europeia e os Estados Membros têm feito na manutenção dos processos de paz e segurança em

África, como é o caso da Somália e do Sudão, e que inclui apoios às forças africanas no terreno, à formação e instrução militar, entre outros financiamentos.

Outro aspeto tem a ver com a evolução da cooperação com vários atores, ou seja, apesar de existir um acordo global, verificaram-se também desenvolvimentos ao nível regional, com cooperações que se desenvolveram paralelamente a Cotonou – com a África do Sul ou com o norte de África –, pelo que o novo Acordo terá de ser mais flexível a vários níveis. Nomeadamente, é preciso introduzir o princípio da diferenciação com maior flexibilidade, o que significa um tratamento diferenciado para situações distintas. Temos hoje países que estavam num limiar de desenvolvimento muito baixo e que se tornaram países de rendimento médio, como é o caso extraordinário de Cabo Verde. O atual Acordo, de alguma forma, penaliza esta evolução, na medida em que o país deixa de ser elegível em termos bilaterais para um conjunto de apoios que beneficiava até então.

A agenda 2030, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados em 2015, é também um enorme desafio em termos da própria arquitetura da relação. Passámos de 8 objetivos muito gerais para 17 objetivos globais e 169 medidas concretas, com componentes qualitativas e muito mais ambiciosas, o que também terá de ser refletido no novo Acordo. A implementação dos Acordos de Parceria Económica também terá de ser avaliada, bem como o papel da sociedade civil e do investimento privado, e ainda a questão dos novos parceiros emergentes e dos seus impactos em matérias como o ambiente, a democracia e os direitos humanos.

Em relação à política migratória da União Europeia, consagrada em 2005 na Abordagem Global para a Migração e a Mobilidade, esta tem como prioridades organizar melhor a migração legal, prevenir e lutar contra a migração ilegal e maximizar impactos positivos das migrações, numa perspetiva a montante, ou seja, criando condições para o desenvolvimento. Ao nível continental verificou-se um enorme impulso, com a aprovação em 2007, na Cimeira Europa-África,



da parceria para a migração, mobilidade e emprego, abrangendo um plano de ação sobre tráfico de seres humanos, remessas de emigrantes, diáspora, mobilidade e migração laboral, proteção internacional, entre outras questões. A nível regional, existe um diálogo muito importante sobre duas grandes portas de entrada de migração: o processo de Rabat e o processo de Cartum. Portugal é um dos países representados no comité de direção do processo de Rabat, para gerir os fluxos migratórios do norte de África. Ao nível bilateral, ou seja, na relação entre a Comissão Europeia e os vários países, foram assinados já acordos específicos com Marrocos, Tunísia, Cabo Verde e Nigéria. Em suma, o objetivo será otimizar os impactos positivos da migração e minimizar os negativos, ajudando a melhorar a governação e a capacitação. No que toca às conclusões de La Valetta, sintetizam-se no esforço de salvar vidas, gerir os fluxos migratórios e atacar as causas das migrações. Para isso, foi aprovado um plano de ação ambicioso e constituiu-se um fundo fiduciário de emergência da União Europeia para África, dotado

de 1,8 mil milhões de euros, para benefício da zona do Sahel, do Corno de África e do Norte de África. Vão ser projetos que incidem não só no reforço das componentes securitárias, mas também na criação de oportunidades, de empregos e no apoio aos setores jovens da sociedade, incluindo uma preocupação com a melhoria da governação global.





Christine Hackenesch

Co-Coordenadora para África, German Development Institute (DIE)

Co-Regional Coordinator for Africa, German Development Institute (DIE)

My presentation is focused on several trends, both in Europe and in Africa, that have been shaping their relations for the past years and that are relevant for the negotiations on the post-2020 framework, as well as on the prospects for change

There is a growing interest of Africa in diversifying its external relations and partnerships, including a renewed interest in engaging with Europe again, although this interest comes at a time when Europe itself is not in very good shape. There are some positive developments within the European integration process that hopefully can carry on for some time, such as increased integration in external relations; the Lisbon Treaty has been a major step forward in this regard, and the European External Action Service has the potential to give a more political face to the EU and to increase coherence in external action. Nevertheless, it is very clear that, at the moment, the centrifugal forces are much bigger than the integration forces, with the euro crisis, the economic disparities between member states, the upcoming referendum in the UK and more discussions on which areas of European cooperation need to be revised, and the migration and refugee crisis, which shows a big variety in responses of member states and huge challenges in coming up with a joint European response. This also shows that the solidarity layer among European countries is not as strong as we might have thought. This raises questions on what are the implications for the

European defence policy, for Schengen and for the European project in itself.

Currently, Europe is not a very strong partner for Africa, and this has implications when we look to the 2020 negotiations and the potential framework that can come out of it. These problems also mean that Europe is a more domestic-oriented actor, more inward looking and not very proactive in external policies; furthermore, this has raised discussions on the attractiveness of the European model, as a normative power.

On the African side, there are four major trends that have been shaping the relations and may influence the negotiations. Firstly, we see a stronger role of regional organisations and bodies, which also shape discussions on how important are the Africa, Caribbean and Pacific regions in the future Agreement. Secondly, we see a bigger differentiation in economic pathways in African countries, with a growing number of middle-income countries and more expectations from wealthier African countries in the relationship with Europe (which means that it is increasingly difficult for Europe to create an attractive cooperation package particularly for the richer countries in Africa). Thirdly, in the political field we see dominant party systems as the norm, with reducing spaces for the opposition, media and the civil society in several countries, which can affect discussions on norms and values. Finally, there is a much more prominent and stronger position of African countries in international debates, negotiations and organisations, and this has a very positive effect on the negotiations with Europe.



Where do the relations stand now? There is a proliferation of institutional frameworks for cooperation – the Cotonou Agreement, the relations with North Africa, the Joint Africa-EU Strategy (JAES) – and the 2020 timeframe can be an opportunity to address some of the inconsistencies of these overlapping frameworks and to discuss priorities of the partnership. In that sense 2020 can be a positive year and a trigger for change. However, this will come at the same time as a substantial revision of European foreign policy instruments and the next multiannual financial framework.

The new Agreement can be a good opportunity for some fundamental revisions in the partnership and for a much stronger role of regional bodies and regional cooperation. This comes along with the question on how strong is the joint Africa-EU strategy and to what extent can it take up some of the achievements that are related to the Cotonou Agreement. One important difficulty is that the JAES has not been very prominent; maybe the current discussion on migration and European challenges can raise the interest from

EU member states in investing more political capital in this framework.

Beyond the debate on institutional frameworks, there are some underlying questions that Europe and Africa will need to address, notably what they want from the partnership and what they can bring to the partnership. On the European side, one fundamental question is to what extent is Europe willing to move from a policy that seeks to reduce migration and prevent migrants to reach Europe, to an active migration policy that offers opportunities for legal migration. This is linked to the question of whether Europe can and will create incentives for the private sector not only to invest or trade with African countries, but to have larger and more positive socio-economic development impacts. For the African side, one of the key underlying questions is whether political leaders and institutions are willing and able to give a socio-economic perspective to the young population that is growing, and to develop proactive partnerships with external actors on this regard.



Lorenzo Rinelli

Professor, Universidade da Califórnia – Rome Center Faculty

Professor, University of California – Rome Center Faculty

I think that development cannot be separated from security, and therefore I would like to focus on the concept of security, which is in itself mostly conceived as an idea of security of the State.

It was already mentioned the dependence of some European countries towards Africa in terms of commodities, and how this will remain so in the future. In reality, we always speak about European investment in Africa, but not on how much Africa can help Europe and how Europe needs Africa. Therefore, I want to adapt this discourse to highlight how much we need African migrants in Europe, and how this need will remain in the future.

At the European level, there has been a short-sighted policy for the management of migration from Africa and protection of refugees, as well as a specific approach that has dominated the discourse for the past 15-20 years. As we talk a few days after the Paris attacks, there is a general sense of panic in Europe, which is closely interlinked to what is known as the “Europe’s refugees crisis”. It conveys an idea of massive invasion of Europe by other cultures and populations from the Middle East and Africa, with European countries struggling to close the borders and prevent threats to enter, while European citizens are at risk of being slaughtered inside the fortress. This is the image conveyed by certain media. Once you set the frame of the story in these terms, it is very difficult to maintain a lucid vision of the status quo and how to address it.

We are dealing with a huge humanitarian tragedy that needs urgent response. More than 500.000

arrived in Europe at the Mediterranean shore in 2015 and only this year 3.000 people have lost their lives crossing the basin. We are now aware of the death caused by crossing the deadliest desert in the world, the Sahara. In result, a debate on the need to give more or less power to Frontex has risen.

I think we should not name this crisis as a “refugee crisis”, but rather as a crisis of the idea of Europe in itself, due to the counterproductive approach to migration. The situation is worsened by the mismatch between what EU leaders say and do. From the 160.000 refugees they agreed to share in September 2015, only a very small portion has been resettled from Italy and Greece.

The migration and refugees’ flows have been monopolised by the concepts of control, security and externalisation. For instance, the fact that the management of migrant flows is many times agreed on bilateral terms, as the case of Italy’s agreement with Libya, shows how the EU is failing to construct a common front of action in this matter. On the other hand, the fact that the Balkan frontier is tightening is a reaction to the increased border patrol of the Mediterranean border. Not only migrants and refugees respond to policies, but also shape the policies. Another aspect that is not usually mentioned is that many of the migrants/refugees do not necessarily depart from the country of origin, where they face persecution; many of the people in need are coming from Turkey, Lebanon, and Jordan. All these aspects highlight the need to reconsider the concepts of protection and asylum, which are based on a clearly outdated 1951 convention.



From the 3 million people that have fled the devastating violence in Syria, only 5% are registered in Europe. Obviously the fact that 300.000 Syrians have crossed to Europe in 2015 is certainly a big increase, and we need to deal with that, but to suggest that Europe can not deal with such numbers is just nonsense. Lebanon has 5.8 million inhabitants and hosts more than 1.1 million of Syrian refugees, or 19% of the population. The idea that the European Union, with 500 million inhabitants and being the richest economic block in the world, lacks the resources to host several hundred thousand asylum seekers, is simply exaggerated (200.000 asylum seekers equal 0.06% of the entire European population).

Seldom, when we discuss security, we exclude those who do live in our territory, but that we do not consider as part of our community. As the sense of panic escalates in Europe, the sense of solidarity and empathy is eroding. We don't reflect on how we got here; we want to tight the borders and intervene in the countries of origin, and there is a propensity to externalise the problems, to push the problems and the solutions to outside of Europe. This poses great risk for the idea of the European Union in itself, which represented an amazing political experiment.

For instance, if we go back to how the Schengen visa was introduced in southern Europe in 1991, we see how it interfered with a relatively free trans-Mediterranean movement. Since then, migrants and border patrollers have been involved in a constant "hide and seek" game, leading to a constant shift and diversification of geographical maritime and overland crossing-points (Ceuta, Melilla, Libya, Greece). Instead of stopping border-crossing, it created a new market for smugglers who help migrants to cross borders, which made the phenomenon invisible and difficult to control. Ironically, policies to combat smuggling do not only increase the dependence of migrants and refugees from these smugglers, but also contribute to less control and to terrorist infiltration.

Let us not fool ourselves; the closing of borders suggested by populist political movements will not stop anyone. At most, they will filter the migrants in convenience to the political space. This does not mean that we should abolish borders or control; there are good reasons for states to regulate mobility by determining who has the right to stay or not, including the right to asylum. Most European states have developed quite sophisticated and rather effective rules and institutions that regulate the entry of workers, families, students, asylum seekers, etc. The procedures and systems are in place and they need to be implemented, based on European shared responsibilities; the deadlock is therefore political at the European level. Missing this opportunity will only exacerbate the problem and the costs could be very high.



Adebayo Olukoshi

Diretor para África, International IDEA

Director for Africa, International IDEA

We inhabit a time where we can say with more confidence than ever before that the game is changing. The game is changing in both the African and European sides, and we can debate the various dimensions of change in course in order to better understand the nature of these trends and the potentialities of what we see.

In my own understanding of the contemporary period, the Gramsci metaphor of “the old dying, and the new still struggling to be born” suits perfectly. And in order for the new to be born, mentalities will have to change decisively on both sides. Elements of change, some of a structural nature, are forcing new issues into the agenda, but mentalities are not shifting as rapidly as to make it possible for a genuine partnership to be forged between Africa and Europe.

Diversification of relations is something more present and challenging to African countries, since European relations have always been diversified and Africa is only one among many other partners of the EU in the world. We are indeed diversifying partnerships, with the re-emergence of China, India, Brazil and others, but Africa is yet to develop its global strategy to engage with these different players. As a metaphor, Africa is like a bride with many suitors who invite her to dinner, and it would be a very foolish bride if it were to accept all invitations. We must therefore have a strategy to take the most benefit of international relations.

In this context, the relationship with Europe, which is still the strongest, might be occupying a disproportionate position that it does not merit. Many of the potentialities and possibilities within Africa that can enable the continent to drive an active reset of its partnership with Europe and other partners are absent, because it is difficult not only to define a vision but also to grasp an understanding on what are the advantages.

For instance, the issue of domestic resources mobilisation has been fairly successful in some African countries. In Kenya, the country ended up generating 95% of its budget by internal taxation, but this was not reflected in its engagement with European partners, because a certain mentality still dominates the implementation of these relations. Also, Africa received in Diaspora remittances about 60 billion dollars, which is about three times the official development assistance; and yet, we continue to operate as if life would not continue if Europe cuts aid. We sit on pension funds that are measured in trillions of dollars, and yet we expect the Europeans to provide 50 billion for infrastructural development, managed by foreign programmes. If Africa was one country, it would have the third largest reserves in the world, after China and India. Nevertheless, we insist on policies that basically undermine our capacity to be productive.

This is part of the nuance that it's important to bring into the equation until 2020. It will involve the continent moving away from a long-stand position of dependency towards new politics of greater mutuality.



I am not terribly pessimist about the downward slide of commodities prices, even though it might last longer than others in the history of post-independence Africa; mainly because there are countries in Africa, as Ethiopia, where commodities exports have not been the central driver of growth development.

For EU-Africa relations, I believe it is not enough to state or recognise a greater mutuality of interests. There is a difference between Europe needing Africa and Europe loosing Africa, because Europe has always needed Africa, but for Europe's ends. The one-sided dependence is perpetuated by an ideology of partnership that is in fact expression of paternalism and domination. This is also linked to the fact that, in Europe, there is a tendency to assume that the partnership involves the discussion of Africa problems and not the debate on "our" problems. When we sit together, we assume we are going to discuss human rights in Africa, aid effectiveness in Africa, the problems of Africa. I believe we cannot call it partnership when Europe demands the respect of human rights in African soil and we cannot discuss the rights of African migrants in European countries. In the negotiations of the Africa-EU plan of action, within the working group on migration, mobility and employment, the European side resisted the integration of migrant rights in the agenda with the

argument of being a domestic matter. These are the kind of things we need to correct in order to move forward.

There is also a tendency to presume that every problem can be solved through aid, "throwing money at it". In some regions, as in West Africa, the negotiations for the Economic Partnership Agreements had results only because of the amounts that were put forward. The aid politics is being used to fragment a united position, forged with the help of the regional economic communities. At the same time, this aid dependency and mentality is being increasingly questioned and criticised in some African sectors that consider aid more obstructive than supportive to a truly meaningful partnership between Africa and the rest of the world.

Finally, it is important that Europe-Africa relations also include broader discussions on global economic and political issues – such as the reform of the UN system, or the reform of the IMF on development – which tend to be excluded from the former agendas of dialogue, but are in fact an underlying part of some tensions felt in the relationship.

I feel positive about the future of the partnership, but we need to redefine it in order to have a much more consistent and strong element of mutuality.

No debate deste painel foram referidos diversos aspetos das relações Europa-África, com enfoque naqueles que marcam a atualidade, como a crise de refugiados e as migrações, os acordos de parceria económica e os ataques ao projeto da União Europeia, bem como o impacto que estas questões têm no relacionamento entre os dois continentes.

Relativamente às migrações, foi salientada a necessidade de distinção entre refugiados e migrantes, porque o estatuto daqueles que chegam às fronteiras europeias também determina o tratamento, os mecanismos e os apoios que existem, em termos das políticas e da legislação europeia/internacional. Enquanto os refugiados são elegíveis para proteção internacional, os migrantes movem-se por razões económicas ou ambientais, sendo a União Europeia um destino ainda atrativo apesar da crise das dívidas soberanas.

No entanto, alertou-se também para o perigo de centrar toda a discussão nessa distinção entre refugiados e migrantes, na medida em que não devemos pensar que a solução para a crise está em conseguirmos identificar “quem é quem”. A Comissão Europeia está a tentar criar centros “hotspot” – Lampedusa foi o primeiro – onde se pretende separar os migrantes dos refugiados; mas tal medida não está a produzir efeitos, uma vez que são necessários muitos recursos e tempo para identificar as diferenças, para além de não se chegar ao cerne da questão.

Alguns participantes referiram que o controlo do livre movimento de pessoas existe em todo o mundo, estando bem patente por exemplo na América do Sul ou até em África, pelo que a Europa não deve ser excessivamente crítica de si própria mas tentar fazer mais e melhor. O mundo sempre foi um mundo de migrantes, porque aqueles que ocupam determinado espaço hoje em dia não estavam nesse local há milhares de anos; é preciso, portanto, ter consciência de que somos de facto um mundo de crioulos, como vários académicos designam.

Houve um questionamento sobre a razão de criação do novo fundo europeu para resposta à crise dos refugiados, na medida em que parece ser mais uma reação a uma emergência do que propriamente um mecanismo com carácter mais profundo e estudado, que manifeste a consciência da globalização da segurança e da sua inevitável interdependência. Um participante questionou também o facto de, nos Estados Unidos, onde existem grandes setores de população migrante, não existir uma voz mais ativa dos descendentes de africanos e de europeus em defesa dos refugiados.

Em relação à resposta europeia, alguns participantes alertaram para o facto de o debate se centrar normalmente nas instituições europeias, não se questionando a capacidade e vontade dos Estados membros em atuar no seio dessas instituições. Por exemplo, no que diz respeito aos fundos que são criados, verifica-se sempre acesa discussão sobre a quantidade de recursos financeiros e sobre a parte financeira que deve caber às instituições europeias,



mas muito pouco debate sobre os objetivos e forma de utilização desses fundos. Por outras palavras, há um enfoque excessivo nos números e insuficiente reflexão sobre o que deve ser feito com esses montantes, o que se pretende atingir e qual o destino dos apoios. Por outro lado, é preciso compreender que o ataque às instituições europeias é igualmente uma forma de muitos dirigentes esconderem ou explicarem incongruências internas. Enquanto não assumirmos que a responsabilidade é partilhada, corremos o risco de incorrer nesse tipo de discursos, de ataque ao projeto europeu e às instituições europeias.

Abordou-se a urgência de revisão de Cotonou, não apenas no que concerne à questão geográfica e dos blocos envolvidos, mas no que diz respeito ao seu funcionamento. Nomeadamente, referiu-se o peso da execução técnica dos projetos propiciados por essas ajudas, com excessiva burocracia e procedimentos que dificultam a execução nos prazos previstos. Isto para além de serem aplicadas as mesmas medidas a países em condições completamente diferentes, o que não favorece uma implementação adequada dos programas. É necessário, portanto, ter em consideração a grande diversidade do continente africano, onde se incluem países de realidades e níveis

de desenvolvimento muito distintos. Estas dificuldades são reconhecidas por parte de alguns setores no seio da União Europeia.

Relativamente aos Acordos de Parceria Económica (APE), foram referidas preocupações sobre o impacto destes nas indústrias africanas, bem como as falhas na gestão de todo o processo, uma vez que não se pode obrigar a outra parte (africana) a respeitar um calendário que a Europa estabeleceu para si própria e fazer várias ameaças no caso de incumprimento das datas e da não-aceitação dos acordos impostos. O crescimento africano só se traduzirá numa verdadeira transformação económica se houver industrialização, pelo que o impacto dos APE é uma questão relevante para o futuro de África.

Foi ainda salientada a necessidade de assumirmos que a cooperação entre os dois continentes traz benefícios mútuos. O relacionamento entre Europa e África só será adulto e maduro quando liquidarmos o pós-colonialismo, ou seja, quando for mais igualitário e quando não for filtrado pela palavra “ajuda” ao nível institucional. Isto obrigaria também os países africanos a abandonarem um discurso de culpa europeia para a situação atual do continente, recorrente nos debates sobre estas relações.

O BAILE

No baile
A morna
Entorna
Dolências...

O rabequeiro
Compassa
A música,
Batendo a planta descalça
No chão.
E os pares
Giram
Apertados
Uns contra os outros,
Levados
Na morna...

O rectângulo do quarto
É terra
Batida
E dura,
Como não vem
Nos manuais da Arquitectura...

A um canto,
A preta sadia
Amamenta
Uma criança luzidia,
Toda nua e sorridente.
E olhando-a aumenta
O seu sorriso contente,
Num ar
Feliz,
Que faz lembrar
Virgem Maria
Quando
Ficava
Olhando
Cristo-Menino...
Que o filho que traz ao peito
É para ela
Um pequenino
Jesus,
Todo esculpido
Em ébano
Polido...

No ambiente
O cheiro
Forte

A suor,
Mais o aroma
Da aguardente...

No baile
A morna
Entorna
Dolências...





[Painel Panel 3]

África-Portugal: uma relação especial?

Africa-Portugal: a strategic partnership?





Hélder de Oliveira

Diretor Executivo, Fundação Portugal – África
Executive-Director of the Portugal–Africa Foundation

Num livro de História de Portugal, escrito por Albert-Alain Bourdon, o autor refere: “Dois traços fundamentais caracterizam a história de Portugal, e começa por surpreender a precocidade dos acontecimentos que lhe formam a trama. De todos os países da Europa, Portugal foi o primeiro a realizar a sua unidade nacional e a fixar os limites territoriais, que praticamente não sofreram alteração desde meados do século XIII. Foi também o primeiro a conhecer, em finais do século XIV, uma revolução burguesa. Foi ainda o primeiro, nos séculos

XV e XVI, a lançar-se nos oceanos, para descobrir novas rotas de comércio e fundar impérios além-mar.” Isto sucedeu há 600 anos, comemorados no dia 15 de agosto, quando os portugueses aportaram a Ceuta. Nessa altura, para o bem e para o mal, Portugal definiu os descobrimentos como um empreendimento estratégico. Quando nos perguntamos hoje se a relação entre Portugal e África é uma relação especial, devemos olhar para o facto de ter sido considerada há séculos como um empreendimento estratégico. Parece de facto ser uma relação especial – será? É esta a pergunta lançada pelo painel aos nossos oradores.





Carlos Sangreman Proença

Professor, Universidade de Aveiro

Professor, University of Aveiro

A minha intervenção alicerça-se na minha experiência pessoal e profissional, sendo nessa base que vou procurar comentar o que me parecem ser os caminhos da relação de Portugal com os países africanos. Gosto de pensar as questões estratégicas e de longo prazo, porque os acidentes mais conjunturais, apesar de importantes, não são de igual relevância.

Parece-me que Portugal tem vindo a construir, desde há quarenta anos, duas identidades ou entidades coletivas diferentes. Uma delas, a que nos liga à Europa, é fundamentalmente a construção de uma empresa, para fazer negócios, onde dominam as preocupações de ordem económica. A segunda entidade está relacionada com estes países, com os quais tivemos uma determinada relação histórica e que passou por um período de colonialismo moderno, o qual pertence cada vez mais à história.

Esta segunda entidade ou identidade está, na minha opinião, ligada à categoria da “nação”. Não a nação no sentido do Estado, mas no sentido de uma relação entre povos cujo elemento fundamental é a relação entre as duas sociedades, para além do elemento económico. É a construção dessa identidade que devemos pensar como levar a cabo, porque não é um processo que se desenvolve por si só, ou seja, tem de ser resultado de uma construção ativa.

As sociedades portuguesa, do Brasil, Timor, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Moçambique

e Angola, têm uma identidade que é maioritariamente similar. Diria que cerca de 70% a 80% dessas sociedades são muito parecidas, apesar de isto ser uma medida naturalmente subjetiva. Depois possuem 10%-20% de elementos que por vezes são parecidos e outras vezes não, e cerca de 10% de divergências ou desacordo. Este tipo de relação entre sociedades é suficiente para pensarmos que podemos fazer um caminho em conjunto. No entanto, esses 10% de desacordo são suficientes para causar o efeito contrário, ou seja, o de negação dessa identidade coletiva.

Quando refiro esta identidade coletiva, é preciso salientar que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP é apenas uma parte do total, ou seja, o total tem muito mais variáveis, que vão desde os níveis familiares às condições afetivas e de bem-estar. A CPLP é um elemento que pode e deve favorecer a construção desta identidade, mas não a esgota. Uma identidade como esta tem uma diversidade de componentes, incluindo a cooperação, as relações diplomáticas ou a cooperação económica, que devem ser entendidas simultaneamente como distintas e como fazendo parte de um todo.

Se pensarmos a construção destas identidades como uma estratégia de orientação do país, acaba por fazer todo o sentido, tanto no que respeita à identidade europeia, onde a economia é dominante, como no que concerne à identidade com estes países, com os quais tivemos um relacionamento histórico comum e queremos continuar a ter, transformando-o. É esta mudança das nossas sociedades, e do

relacionamento entre elas, que poderá ser a estratégia da relação entre Portugal e África. Porque o conhecimento de Portugal sobre África limita-se muito àqueles com os quais tivemos uma

ligação histórica, e é nesses que se deve apoiar para a construção da tal “entidade coletiva”, numa perspetiva estratégica.





Clara Carvalho

Diretora do Centro de Estudos Internacionais, CEI-IUL

Director of the Center for International Studies, CEI-IUL

Á

frica tem um papel essencial na política externa portuguesa. Os três grandes eixos da política externa portuguesa, desde os anos 80, incluem a relação com a Europa, com o Atlântico Norte e um terceiro grupo que inclui não apenas África

mas o enquadramento CPLP, ou seja, o Brasil e Timor-Leste. Este enquadramento inclui ainda outros países observadores que são interessantes de analisar no âmbito da triangulação da nossa política externa.

Gostava de focar, em particular, o pior dos exemplos possíveis para a relação entre Portugal e África, que é o caso da investigação e do ensino superior. Este é um campo que oferece oportunidades únicas para se exercer aquilo que se pode chamar “não-tão-soft-power”, para se capacitarem relações, para a criação de um capital social que é inestimável, para a construção de relações de igualdade e de confiança que se mantêm ao longo de várias gerações. Certamente que muitos de nós, que circulamos dentro de espaços académicos e de investigação, temos essa experiência da criação de redes de relações estruturantes e entre iguais, quer no âmbito da formação quer de projetos de investigação.

Em termos de ensino superior e no que toca a África, esta relação está essencialmente ligada aos PALOP, por duas razões essenciais. Uma tem a ver com a partilha de relações óbvias, de proximidade, de uma língua, de quadros jurídico-legais e de ensino similares que estruturam todo o relacionamento; outra está ligada ao facto de Portugal não ter as capacidades

económicas, financeiras e de influência de outros países que também tiveram uma história colonial e que possuem relações estreitas com diversos espaços africanos. Será sempre este, portanto, o nosso espaço de atuação privilegiado.

No caso português, relativamente ao ensino superior, esta foi uma relação que foi fomentada essencialmente através da ajuda pública ao desenvolvimento, ou seja, através do então IPAD e agora Camões I.P., bem como de outras instituições, de onde se destaca a Fundação Calouste Gulbenkian. Analisando a ajuda ao desenvolvimento, verificamos que o apoio da cooperação portuguesa se dividiu essencialmente entre as bolsas, que constituem a maior fatia e que registaram uma evolução interessante (correspondente à evolução do ensino superior nos PALOP), passando de bolsas de licenciatura para bolsas de pós-graduação (mestrado e doutoramento) e, por outro lado, o apoio a projetos de cooperação muito específicos, como é o caso da Faculdade de Direito em Bissau ou da Faculdade de Medicina da universidade Agostinho Neto. Estas colaborações apoiam instituições do ensino superior que acabam por criar a sua própria dinâmica e obrigar a esta passagem, natural e desejada, para um novo grau de ensino.

Esta é uma evolução, mas que se confina ao quadro traçado pela ajuda pública ao desenvolvimento, o que para mim é claramente insuficiente. Ou seja, nós pretendemos chegar a uma relação entre pares dentro do ensino superior, a um modelo que reflita a criação da tal identidade coletiva. No caso europeu,



os programas e as chamadas “gerações Erasmus” foram essenciais para a construção da tal entidade europeia, cimentando uma noção de pertença a uma comunidade mais lata. E isto pressupõe uma liberdade de circulação de professores e alunos dentro do espaço em questão. Não pressupõe, portanto, apenas uma circulação de professores de Norte para Sul, ou de alunos de Sul para Norte. Por outro lado, implica a criação de graus comuns e com participações iguais. É a este ponto que pretendemos chegar, e apesar de existirem bons exemplos, não é certamente na ajuda ao desenvolvimento que vamos encontrar o caminho para atingir este objetivo da existência de espaços de circulação entre iguais.

O segundo caso que gostava de referir é o da investigação, que é um exemplo negativo. Portugal teve, de facto, uma política para a investigação que privilegiava a investigação sobre África e que foi seguida de uma forma prioritária entre 2004 e 2012, existindo inclusivamente na principal entidade portuguesa de financiamento da investigação – a Fundação para a Ciência e Tecnologia – uma área

de Estudos Africanos. Nesse quadro foram financiados, direta ou indiretamente, cerca de 40 projetos de investigação, cada um envolvendo em média cerca de 10 investigadores, o que significa uma circulação relativamente alargada de investigadores, numa relação de igualdade. Isto permitiu também, por outro lado, financiar várias bolsas pós-doutorais e de investigação, alavancando múltiplas parcerias de cooperação.

Esta é uma situação que terminou, não apenas por fatores ligados a Portugal, mas sim pelo facto de a atual política para a investigação no espaço europeu, assim como outras políticas, ser cada vez mais “doméstica”. O espaço europeu está a fechar-se sobre si próprio, sobre as questões que lhe são internas, de uma forma cada vez mais clara, segundo aquilo que são as suas prioridades. Por outro lado, o espaço europeu já não é o mesmo de quando Portugal aderiu à Comunidade Europeia, porque a Europa dos 28 não tem uma maioria de países com uma experiência africana. Pelo contrário, muitos destes países sentiram-se colonizados eles próprios,



nomeadamente no seio do espaço de influência soviética. Assim, as questões que influenciam esta tomada de decisão são outras, já não se colocando África como uma prioridade, como em programas anteriores. Isto faz-se sentir na investigação que é atualmente financiada dentro do espaço europeu. No Horizonte 2020, verificamos que a investigação sobre África responde aos problemas que são definidos como prioritários, centrando-se nas questões da segurança e da segurança alimentar. Tudo o resto, na prática, está ausente dos programas de apoio à investigação sobre África. Isto reflete-se, naturalmente, no caso português, uma vez que a área de Estudos Africanos desapareceu e os programas de investigação com África estão, eles próprios,

a desaparecer, registando-se um decréscimo do investimento a este nível.

Naturalmente que há algo a fazer, porque a principal questão que se coloca não é tanto se África é importante para Portugal, mas sim se Portugal consegue continuar a ser um parceiro estratégico para os países africanos na sua política externa. Países como Portugal podem fazer muito em termos de *lobby* e de pensamento sobre os aspetos referidos, que são essenciais para criar relacionamentos entre iguais. Nós temos os meios e a experiência, pelo que temos de aprender a continuar a apostar em parcerias não dependentes da ajuda ao desenvolvimento e em mecanismos de equivalência, de igualdade, de colaboração e de avaliação comum.





Victor Borges

Consultor, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde (2004-2008)

Consultant, Minister of Foreign Affairs of Cape Verde (2004-2008)

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar que a utilização da expressão estratégica “relações especiais”, entre países ou blocos, tem a sua origem em vários fatores, o que no nosso caso podemos ligar a um elemento muito presente nas nossas

relações, denominado de “comunidade de afetos”.

Por outras palavras, a história, as afinidades étnico-linguísticas e socioculturais e as relações humanas que são algo de muito imaterial, que serviram ao longo da história para aproximação entre povos.

No caso da relação de Portugal com a Europa, é uma relação económica, mas não só; é também um relacionamento estratégico que comporta outros elementos implícitos ou inconscientes de partilha de valores. Há também outras relações especiais que se constroem com base na vizinhança e na proximidade geográfica, que não têm necessariamente tradução em afinidades históricas – porque a geografia, apesar da globalização, ainda conta para muitas coisas. Por fim, existem ainda aquelas relações especiais que foram construídas através da vontade e da persistência, onde assume grande importância a força das lideranças para construir algo comum, ultrapassando as divergências e diferenciações. A relação entre a Alemanha e a França no pós-guerra, por exemplo, faz parte dessas relações especiais e estratégicas construídas com base em visões de lideranças, com a preocupação de as materializar através da complementaridade económica. Temos ainda as relações fundadas em razões ideológicas e em alianças político-militares díspares,

como foi o caso do bloco soviético, onde o *diktat* ideológico criou relações especiais independentemente da vivência ou das expectativas das pessoas consideradas individualmente.

Penso que as relações afetivas são importantes pois dão-nos um sentimento de pertença, a vontade de convivermos com o outro, para além de permitirem discordar sem criar problemas. Todavia, as relações precisarão sempre de uma componente comercial e económica, pois a pobreza cria sempre problemas e dificuldades. Se alguém mencionou o setor privado como vetor dessa construção, também outros mencionaram a ciência, a educação e a tecnologia como caminhos igualmente importantes para a consolidação de relações de parceria.

Para além disso, existe ainda um outro elemento que considero estar hoje em crise, mas que é fundamental para projetar as relações futuras: o das lideranças. No Norte, segmentos importantes da liderança política foram em parte sequestrados pelas sondagens e dispensaram a sua análise crítica em relação às realidades, deixando de ser portadores de visões do mundo e preferindo atuar segundo o que acreditam que poderá recompensar em termos de taxas de popularidade. Esta atitude pode complicar as relações e comprometer os projetos de mudança, pois liderar é fazer as pessoas entender e mobilizá-las. Mas quando aqueles que governam estão submetidos à lógica das perceções presentes, não conseguem trilhar novos caminhos. No continente africano, também, a democracia eleitoral não produz as lideranças de que a África no seu todo precisa para



produzir as mudanças necessárias ao desenvolvimento, à segurança e à boa governação.

Acredito que as relações especiais entre países são construções políticas, diplomáticas, culturais e por vezes até político-militares, ou seja, não são espontâneas, embora exista à partida um conjunto de fatores mais ou menos favoráveis para esse relacionamento. É como a construção de uma casa: podemos ter tijolos, madeira, cimento e outros materiais disponíveis, mas não ter a casa, porque esta é resultado de uma construção. Da mesma forma, a existência destas relações estratégicas e especiais não constituem um somatório dos elementos indispensáveis, sendo antes construções político-diplomáticas permanentes. Por vezes, se as lideranças não assumirem, ou subvalorizarem a dimensão da construção permanente, os elementos existentes à partida podem desaparecer.

Todos nós estamos desafiados a valorizar aquilo que historicamente temos, e simultaneamente transcendê-lo, indo para além da história e dos caminhos trilhados. África, que infelizmente não atingiu os objetivos

do milénio – metas humildes para as necessidades e aspirações dos povos –, deve perguntar-se se consegue construir essas relações mais estreitas quando existe um fosso e discrepância tão acentuados em termos de desenvolvimento. As chamadas relações especiais são sempre bem-vindas para África, mas constituem também um lembrete para que acelere o seu processo de desenvolvimento. Nas relações entre dois países, e até entre pessoas, é muito difícil construir um relacionamento horizontal e de igualdade quando as diferenças socioeconómicas são enormes, uma vez que a parte financeira acaba sempre por se sobrepôr. Ganhando a batalha do desenvolvimento, África pode também ganhar em termos de credibilidade e de capacidade de negociação e interlocução para a construção de parcerias bastante mais sólidas.

Talvez a resposta à pergunta inicial tenha não só a ver com a existência ou não de uma relação especial, mas deva estar ligada a uma interrogação sobre quais os objetivos e instrumentos que os dois lados deverão utilizar para a construção de uma relação sólida e que resista às vicissitudes da história.





No debate ficou patente que existe de facto uma relação especial entre Portugal e África, pelo menos com a África que fala português. No entanto, salientou-se que o futuro não se faz só disso, pelo que precisamos de perguntar quais as vantagens comparativas que Portugal possui efetivamente nesta relação. Certamente a língua e os chamados “afetos” têm um papel a desempenhar, mas será isto suficiente para enfrentar novos atores presentes em África? E será que existe um

conhecimento profundo sobre as dinâmicas atuais em África? Por um lado, verifica-se que a nova geração em Portugal já não possui o tal “complexo de colonizador” e que os aspetos psicológicos dessa relação têm pouco significado; por outro lado, contudo, verifica-se também um maior desconhecimento e desinteresse relativamente a África.

Salientou-se a importância do capital humano, que se está a perder em vetores fundamentais e tecnicamente especializados, como a agricultura tropical, mas que ainda é muito presente e valorizado noutros setores fundamentais para África (como por



exemplo as infraestruturas, a investigação e o ensino superior).

Referiu-se igualmente a falta de pensamento estratégico para a criação de futuras lideranças no mundo lusófono. Neste quadro, as instituições universitárias tradicionais devem transcender o quadro das disciplinas, e oferecer mais formação nas áreas da gestão e liderança, para fazer face a esses desafios. Foi expressada a opinião de que as instituições de ensino superior não se adaptam no ritmo necessário às novas necessidades.

Alguns oradores internacionais referiram que nos seus países, e particularmente na Alemanha, as discussões sobre as relações com África não incidem sobre relações especiais nem sobre perspetivas históricas, o que porventura torna mais pragmático o debate sobre aspetos concretos do relacionamento. Por várias razões, a relação que existe em vários meios portugueses no que toca à África é muito particular, sendo encarada por vezes de forma diferente da de outras potências coloniais. Historicamente, a relação colonial de Portugal é a única que termina depois de guerras nacionalistas que duraram quinze anos, extremamente marcantes para os dois lados, e a única que implicou trazer um décimo da população de regresso num curto período de tempo. O facto de ser também uma potência com muito menos meios do que as outras contribuiu para esse discurso de afetos. Na Europa, verifica-se uma mistura entre o discurso do passado colonial e um novo discurso depois do último alargamento. A Alemanha, a Holanda e a Suécia são exemplos de países que reinventaram as suas relações externas com programas de cooperação.

Vários participantes suscitaram questões sobre a importância das relações económicas, interligando esta temática com o papel da CPLP. De facto, apesar de Portugal ter nos últimos anos apostado no crescimento das relações comerciais com a China e Angola, a realidade é que a economia portuguesa só cresce comercialmente quando existe crescimento económico em Espanha. Algumas opiniões manifestaram-se no sentido de que a CPLP só poderá

ter futuro se ganhar pendor económico e se aumentar o enfoque no setor privado, enquanto outras alertaram para a fraca relevância dada à CPLP pelas lideranças políticas, ficando muito aquém do que se pretendia inicialmente para a organização. Salientou-se a importância de apostar no capital humano no quadro da CPLP, onde existem oportunidades a explorar (incluindo por exemplo o recentemente criado observatório sobre o ensino superior nos países membros). Torna-se necessário caminhar no sentido de programas de intercâmbio mútuo e de programas que sejam articuláveis com África, tendo que respeitar o mesmo tipo de parâmetros a que tiveram de obedecer outros programas, como o Erasmus.

Foi ainda levantada uma questão sobre o papel de Portugal nas relações Europa-África, à medida que o interesse dos países europeus no continente africano decresce. Neste âmbito, é sempre difícil o equilíbrio entre as relações multilaterais e bilaterais, que são campos diferentes. Portugal tem um papel a desempenhar como facilitador e mediador entre a Europa e África, embora esbarre por vezes em dificuldades concretas que decorrem de uma burocracia excessiva e da incapacidade europeia de entender África. É também necessário cuidado para que essa postura não seja recebida ou apresentada como uma tentativa de reprodução das lógicas de exploração colonial. Por outro lado, deve manter as suas prioridades no que diz respeito ao seu relacionamento bilateral, independentemente do que for decidido ao nível multilateral ou das pressões nesse âmbito. Um exemplo concreto da dificuldade deste equilíbrio está ligado às prioridades geográficas da política externa e da cooperação portuguesa: apesar de a OCDE ter recomendado no passado que Portugal não deveria concentrar todo o seu esforço diplomático nos PALOP, Portugal manteve a sua perspetiva, sendo que hoje o discurso no plano multilateral já salienta a importância dos países aproveitaram para estreitar relações com aqueles que conhecem melhor e com os quais têm um relacionamento especial.

XIGUBO

Minha mãe África
meu irmão Zambeze
Culucumba! Culucumba!

Xigubo estremece terra do mato
e negros fundem-se ao sopro da xipalapala
e negrinhos de peitos nus na sua cadência
levantam os braços para o lume da irmã lua
e dançam as danças do tempo da guerra
das velhas tribos da margem do rio.
Ao tantã do tambor
o leopardo traiçoeiro fugiu.
E na noite de assombrações
brilham alucinados de vermelho
os olhos dos homens e brilha ainda
mais o fio azul do aço das catanas.
Dum-dum!
Tantã!

E negro Maiela
músculos tensos na azagaia rubra
salta o fogo da fogueira amarela
e dança as danças do tempo da guerra
das velhas tribos da margem do rio.

E a noite desflorada
abre o sexo ao orgasmo do tambor
e a planície arde todas as luas cheias
no feitiço viril da insuperstição das catanas.

Tantã!
E os negros dançam ao ritmo da Lua Nova
rangem os dentes na volúpia do xigubo
e provam o aço ardente das catanas ferozes
na carne sangrenta da micaia grande.

E as vozes rasgam o silêncio da terra
enquanto os pés batem
enquanto os tambores batem
e enquanto a planície vibra os ecos milenários
aqui outra vez os homens desta terra
dançam as danças do tempo da guerra
das velhas tribos juntas na margem do rio.

José Craveirinha
Moçambique



Encerramento
Closing







Irene Paredes

*Vogal do Conselho Diretivo do Camões
– Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
Member of the Board of Camões
– Institute for Cooperation and Language*

Começo por felicitar a Fundação Portugal-África, pelos seus vinte anos de vida recheados de sucessos em prol da cooperação portuguesa, e a organização desta magnífica conferência, agradecendo também o convite que foi dirigido ao Camões I.P. Foi com muito interesse que acompanhei as intervenções dos vários e distintos oradores e a estimulante reflexão que podemos tirar do tema “África: Caminhos de futuro”, tema aliás pleno de oportunidade e sentido, reforçado pelo atual contexto nacional aqui tantas vezes referido. Gostaria também de dirigir uma palavra de muito apreço ao importante papel que a Fundação Portugal-África tem vindo a desenvolver, e com o qual a Camões I.P. tem colaborado, no desenvolvimento de iniciativas com impacto fundamental no desenvolvimento de países parceiros. Dentro das parcerias desenvolvidas, gostaria de realçar o apoio ao ensino técnico-profissional em Moçambique que permitiu, entre muitas e diversificadas realizações nestes últimos anos, a aprovação e implementação de um novo modelo de ensino profissional; a formação de mais de 900 agentes educativos, professores e diretores de escolas profissionais, assim como a reorganização curricular de 15 cursos profissionais; e a criação de equipas locais para acompanhar e supervisionar a regulamentação do modelo adotado, em 50 escolas de referência, distribuídas por todo o território moçambicano. É igualmente importante mencionar que o impacto deste projeto se faz notar no aumento da oferta

de profissionais qualificados para o setor empresarial moçambicano.

Dos trabalhos da conferência, poderemos concluir que estão já identificadas no presente grandes placas de direção e sinalética de sentido obrigatório, que esses “caminhos de futuro” terão de seguir. Desde logo na resposta à crise das migrações, através da cimeira de La Valetta, em que Portugal defendeu de forma inequívoca que os objetivos abrangessem não só os efeitos mas também as causas dos fluxos migratórios, ligadas a situações de fragilidade institucional, pobreza extrema e desigualdade. Outro desses “sentidos obrigatórios” é também a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Com todos os desafios que a implementação desta agenda implica, Portugal deverá ser chamado a defender o foco em África, na linha das posições convergentes entre a União Europeia e África já identificadas aquando do processo de negociação desta agenda, mas também em linha com o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa referente ao período 2014-2020. A revisão do acordo ou parceria ACP-UE estará também na linha da frente do debate.

Salientaria ainda as recomendações da OCDE, mais especificamente do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento. Há cerca de uma semana, Portugal prestou o seu exame junto do CAD-OCDE. E de facto, também aqui Portugal defendeu firmemente a forte necessidade de prosseguir o apoio a África, designadamente aos Estados frágeis, pequenos e insulares. Portugal reafirmou África como prioridade da cooperação portuguesa, para onde cerca



de 68% da Ajuda Pública ao Desenvolvimento – APD é canalizada, tendo com principais destinatários os países de língua portuguesa. Se considerarmos ainda Timor-Leste, essa percentagem passa para 82%. Em termos setoriais, a APD tem sido atribuída a setores com impacto estruturante, como a capacitação institucional, a governação, a saúde e a educação, cujo efeito multiplicador é muito importante nos restantes setores. Permitam-me também dizer que este exame em Paris, na OCDE, contou pela primeira vez com a participação de São Tomé e Príncipe, que foi extremamente importante, uma vez que essa participação foi um reforço para a avaliação que a OCDE fez às medidas públicas da cooperação portuguesa. O senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros referiu que Portugal está sempre presente de forma flexível e com sentido de abertura às orientações e prioridades de São Tomé.

O Camões I.P., enquanto entidade a quem compete executar a política pública para a cooperação e desenvolvimento, tem aprofundado medidas no sentido de Portugal continuar a ser o ator de referência no que toca ao relacionamento com África, continuando como impulsionador de reforço do seu relacionamento

com a União Europeia, e igualmente na defesa das posições nacionais no quadro de vários fóruns em processos multilaterais.

A conceção da política de cooperação portuguesa tem de ter em atenção as novas oportunidades sobre as quais fomos refletindo nos trabalhos desta conferência, decorrentes de desafios nacionais e globais, tendo naturalmente em conta os compromissos assumidos internacionalmente. A cooperação portuguesa não pode ser entendida como uma despesa em termos de ajuda, mas antes como um investimento para o desenvolvimento. As fundações são por isso, neste contexto, parceiros estratégicos essenciais, uma vez que não nos limitamos a financiar os projetos, mas preparamo-los de forma conjunta com um duplo valor acrescentado. Neste sentido, é acrescentado o “saber fazer” que as fundações possuem. É nesse espírito que devemos prosseguir uma política de complementaridade, tendo em vista a construção de um mundo justo, digno, sustentável, sob o mote escolhido para este Ano Europeu do Desenvolvimento: “o nosso mundo, a nossa dignidade, o nosso futuro”. Este é um objetivo que a todos interpela e que a todos convoca para a ação.



Francisco de Carvalho Guerra

Vice-Presidente da Fundação Portugal – África
Vice-President of the Portugal–Africa Foundation

Tenho que agradecer a todos os intervenientes pelo que fizeram e pela quantidade de ideias novas que vieram trazer. Recordo que em 1968 fui ao congresso mundial de bioquímica a Tóquio, em que o ministro da educação japonês me levou a passear pela baixa da cidade, onde me mostrou uma estátua de Venceslau de Moraes e me disse: “trouxe-te aqui porque este é como tu, vocês são o povo da proximidade.” E esse povo da proximidade é um povo culto; mas é culto porque vem da lusofonia, pois se fosse da “lusitaneidade” só teria um tipo de cultura.

Gostaria de citar o António Gedeão dizendo: “Eu quando choro, não choro eu. Chora aquilo que nos homens em todo tempo sofreu. As lágrimas são as minhas mas o choro não é meu”. Mas depois acrescenta, numa página seguinte, “Minha aldeia é todo o mundo. Todo o mundo me pertence. Aqui me encontro e confundo com gente de todo o mundo que a todo o mundo pertence”. E é isto que nós estamos a fazer. A minha aldeia europeia, como a minha aldeia africana, pertence-me tanto a mim como a você. Amigos, tem razão o nosso querido padre António Vieira. Vamos ensinar e fazer educação, mas fazer o que os outros pensaram e fazer o que os outros fizeram, não é saber, é antes recordar.

E vou terminar lendo duas coisas que me parecem importantes, sobre a multiculturalidade que aconteceu na Europa nos últimos vinte anos, existindo milhões de islamitas na Europa. Gostava de vos citar um americano muçulmano: “Para melhor ou para pior,

o século XXI será o século do Islão”. Foi sempre considerado como uma religião de paz, mas depois do 11 de setembro passou também a ser associado à ideia de terror e de assassinato. Devido a desenvolvimentos geográficos e políticos, o Islão está hoje em confronto com as maiores religiões: o judaísmo no médio oriente, o cristianismo nos Balcãs, o hinduísmo no sul asiático, e com o próprio budismo. Porque é que vivemos tudo isto? Porque vivemos num mundo sem honra, e essa honra foi perdida nos rápidos movimentos e mudanças globais, que estão a abanar as estruturas tradicionais das sociedades. Os acontecimentos do 11 de setembro ou a própria guerra no Iraque ajudaram a encaminhar o mundo para o choque das civilizações.

O então cardeal Ratzinger, numa intervenção na Universidade Católica, disse-nos isto: “A Europa, para sobreviver, precisa incontestavelmente de uma nova recensão crítica e humilde de si mesma. A multiculturalidade cada vez mais exigida e vivida de uma forma apaixonada é por vezes recusa do que é próprio, fuga do que é específico. Mas a multiculturalidade não pode subsistir sem constantes comuns, sem ponto de orientação, daquilo que é específico. A ela cabe encontrar-se respeitosamente com a sacralidade do outro. Mas isto só se consegue quando o sagrado Deus não se transformou para nós num estranho”. Fui buscar isto porque acho que deve haver maior diálogo para ver se Allah e Jesus Cristo não andam à bofetada um ao outro. Vamos ter que pedir isto à Humanidade.





CÂNTICO NEGRO

"Vem por aqui" - dizem-me alguns com os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: "vem por aqui!"
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...

A minha glória é esta:
Criar desumanidade!
Não acompanhar ninguém.
- Que eu vivo com o mesmo sem-vontade
Com que rasguei o ventre à minha mãe

Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...

Se ao que busco saber nenhum de vós responde
Por que me repetis: "vem por aqui!"?

Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...

Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.

Como, pois sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?..
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...

Ide! Tendes estradas,
Tendes jardins, tendes canteiros,
Tendes pátria, tendes tectos,
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...
Eu tenho a minha Loucura !
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...

Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém.
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;
Mas eu, que nunca princípio nem acabo,
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.

Ah, que ninguém me dê piedosas intenções!
Ninguém me peça definições!
Ninguém me diga: "vem por aqui!"
A minha vida é um vendaval que se soltou.
É uma onda que se alevantou.
É um átomo a mais que se animou...
Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou
- Sei que não vou por aí!





[Cerimónia Ceremony]

**Jantar Comemorativo do 20º aniversário
da Fundação Portugal-Africa |**

***Commemorative Dinner of the 20th anniversary
of the Portugal-Africa Foundation***





Luís Amado

Antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros

Discurso no jantar comemorativo do 20º aniversário da Fundação Portugal-África

Tendo tido o privilégio de ter ocupado pastas de especial relevo no que toca à relação entre Portugal e África, posso afirmar que é uma relação que nos marca profundamente. Nesse campo, deve ser realçado o meritório papel da Fundação Portugal-África, que tem um trabalho notável apesar dos seus limitados recursos.

Apresentando uma breve reflexão sobre o futuro das nossas relações com África, queria partilhar convosco algumas ideias e experiências. Por um lado, não é possível conceber esse relacionamento sem ter em conta quer o rasto de relações históricas entre

Portugal e o continente africano, quer o momento atual do país, que se encontra numa encruzilhada histórica na sua inserção no mundo global. Por outro lado, é necessário ter uma atenta e acutilante perspetiva sobre o continente africano, sobre as suas realidades complexas e muito dinâmicas, sobre as suas oportunidades e problemas, e com a noção dos riscos que a nossa relação com esse continente também comporta.

Em primeiro lugar, somos inegavelmente marcados pela relação histórica, cujo início se assinalou recentemente com os 600 anos da conquista de Ceuta. Há seis séculos que milhões de portugueses contactam com este continente: aqui fizeram guerra, escravizaram,









fizeram comércio, colonizaram e descolonizaram. Certamente que, de Tânger a Mombaça, passando pelas costas angolanas, há uma presença portuguesa tão profunda que toca os que visitam essas paragens. Esse rasto de história, que sentimos no dia-a-dia em muitos dos portos, cidades e regiões com que nos relacionamos, não deixa de ser um capital extraordinário da nossa relação com o mundo e da nossa presença viva nesse continente. Provavelmente em nenhuma outra região do mundo essa relação está tão viva como ainda hoje a encontramos em praticamente todas as regiões do continente africano. Existe por isso uma linha de afeto e de impressões profundas nesse relacionamento, que marca também o pensamento e as perspectivas de futuro.

Naturalmente tivemos uma colonização singular, que foi tardia e forçada pela ameaça das potências coloniais, sobretudo após a Conferência de Berlim, mas que foi depois marcada por uma distorção ideológica que nenhuma outra potência colonial viveu, através de uma certa identificação da nação portuguesa com as nações, povos e culturas que habitavam o espaço e o imaginário africano. Quem, da nossa geração, não se lembra ainda dos rios, das serras e das linhas de ferro de Angola e Moçambique? Essa ideologia que atravessou o século XX e que marcou a formação de muitas gerações na sua relação com África é também uma expressão da singularidade da

colonização portuguesa, que marca ainda hoje a forma como os portugueses encaram o continente. Depois, a forma singular de descolonização tardia, forçada pelas circunstâncias, no contexto de uma guerra que outras potências evitaram sabiamente, e que queimaram a Portugal a fase da neocolonização que essas mesmas outras potências projetaram de forma muito evidente nas relações com o continente. Tanto a França como o Reino Unido têm um tipo de relação com os povos e regiões que colonizaram muito tributário dessa forma mais cautelosa, distante e objetiva com que exerceram a colonização e que depois souberam manter nas relações atuais.

Toda a fase de reconstituição das relações com África foi muito marcada por este legado histórico, quer na colonização singular que o país havia afirmado, quer na forma também singela pela qual a descolonização se desenrolou. O que é facto é que conseguimos negociar as independências depois do 25 de abril de 1974, sabendo ao mesmo tempo reforçar as relações bilaterais com os novos Estados de expressão portuguesa. Conseguimos criar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, com um apoio muito forte dos PALOP, que foi determinante para a criação da organização naquela altura. E fomos singularmente capazes de projetar uma relação livre de características neocoloniais no relacionamento Europa-África, desenvolvendo uma abordagem



inovadora do ponto de vista das suas referências paradigmáticas, uma vez que o modelo neocolonial tributário das Convenções de Lomé foi em boa parte abalado pela criação de um modelo que privilegiava as organizações de integração regional – União Europeia e União Africana. Esta mudança de paradigma no relacionamento Europa-África foi em boa medida resultado do esforço continuado da ação portuguesa nas instituições europeias e foi durante as Presidências portuguesas da União Europeia (2000 e 2007) que se consolidou esse modelo.

Este conjunto de referências históricas é, portanto, muito importante para projetarmos as nossas relações, uma vez que há uma linha de continuidade que não deve ser posta em causa. Temos de ser dignos representantes desse património e legado histórico, sem nenhuma ambiguidade ou preconceito ideológico, sabendo também viver com muitos dos aspetos mais críticos dessa relação histórica.

Em segundo lugar, precisamos de ter também em consideração a peculiar circunstância histórica em que o país se encontra. Estamos numa fase de crise, que do ponto de vista do contexto europeu é antecipadora de uma fase de relacionamento que poderíamos apelidar de pós-europeia.

Na minha perspetiva, estamos já numa fase pós-europeia, visto os acontecimentos críticos recentes ligados ao projeto de integração da Europa – a crise das

dívidas soberanas, a crise do euro, a crise de refugiados e a crise de relações com a vizinhança a sul e a leste – terem lançado o continente numa dinâmica de reconfiguração geopolítica que põe em causa o próprio projeto. A Europa será seguramente diferente e o processo de integração seguirá ritmos de diferenciação. Oxalá possamos fazer este exercício de reconfiguração do equilíbrio de poderes europeu durante a próxima década garantindo a paz e a estabilidade, as quais foram o bem mais precioso cedido pelo projeto europeu durante estas décadas. A situação é extremamente complexa e a preservação da paz é um grande desafio, num contexto em que a ordem dá lugar à desordem e ao caos em algumas regiões de influência direta sobre a estabilidade do continente.

A nossa crise também nos impõe uma perceção mais crítica da nossa inserção no conjunto mundial e europeu. A perda de liberdade que o país testemunha por se ter deixado endividar a um nível muito exigente, a grande dependência dos aliados europeus, e a incerteza e instabilidade que marcam o destino do projeto europeu, são fatores que obviamente nos condicionam.

No entanto, devemos perceber que muitos dos problemas e esta crise da Europa resulta também da dificuldade europeia em perceber o seu lugar num mundo multipolar e globalizado. A minha leitura, há mais de uma década, é de que temos de antecipar essa fase pós-europeia, percebendo nesses processos qual



a nossa inserção na globalização. Porque a Europa já não é o centro do mundo, mas sim uma parte cada vez mais relativa do conjunto que está a emergir. Nesse sentido, Portugal tem uma matriz histórica e geopolítica de inserção na globalização que não tem comparação com outros países europeus da sua dimensão, e é nesse contexto que devemos conduzir este exercício de reajustamento à realidade de um mundo em profunda transfiguração. Assim, a relação com África é também importante na sua perspetiva futura, como instrumento para a nossa reinserção na globalização.

É necessário perdermos de vez essa ideia de que somos uma nação velha que se arruma na Europa como num lar de terceira idade, à espera de um subsídio no fim do ano – e foi assim que encarámos a relação

com a Europa durante mais de vinte anos. Somos uma nação antiga mas com energia, vitalidade e inovação, capaz de projetar outro horizonte para o nosso destino coletivo. Nessa perspetiva, a relação com o mundo e em particular com o continente africano é uma via que temos de projetar nas gerações mais jovens, canalizando a sua energia para outros sonhos. Parte da desorientação das nossas elites resulta da falta de horizonte ou de uma visão que corresponda à capacidade de reinterpretar a nossa história, como capital precioso do país ao serviço de outros objetivos mais ambiciosos para o futuro da nossa nação.

Por último, não podemos ignorar a realidade extremamente complexa do continente africano. Se pretendemos relançar a nossa relação com

o continente, temos de estar atentos ao pulsar de uma transformação muito rápida em curso no continente, nomeadamente através da lenta mas real integração na economia mundial, do grande crescimento demográfico (com a população a duplicar nas próximas duas décadas) e da sua crescente urbanização. Desde logo, devemos ter em atenção a sua imensa diversidade, com a qual estamos em condições de estabelecer ligações.

África é ainda um continente marcado por guerras, conflitos e tensões geopolíticas, cujas origens e natureza devem ser identificados e compreendidos. Após o fim da guerra fria, a entrada de novos atores no continente africano veio exercer uma enorme pressão externa sobre muitos dos problemas com os quais o continente se confronta. A retração do Ocidente, e da Europa em particular, após o fim da guerra fria também criou uma situação de vazio estratégico que permitiu a outros atores investirem

bastante nas relações com África. Portugal tem, assim, que competir com atores que ocuparam esse vazio, nomeadamente a China, a Índia, a Turquia ou o Brasil.

Devemos também perceber a dinâmica de confronto e tensão que o Islão estrategicamente exerce em muitas dessas regiões e que é um fator incontável, como atestam os acontecimentos em Bamaco. Não há forma de ultrapassarmos este difícil contexto de conflitualidade que também está presente no seio da sociedade europeia e que é um traço evidente do mundo que temos pela frente, propiciado pelo fim da guerra fria que deu espaço a outros fatores de tensão. Se queremos estar presentes em África, temos de saber conviver com esta realidade complexa, difícil e por vezes arriscada.

Terminando, temos que perceber que a democracia, a segurança e o desenvolvimento são realidades de difícil concertação no continente africano. Mais democracia significa mais abertura à diversidade que





caracteriza as sociedades multiétnicas, plurinacionais e multilinguísticas que cada Estado projeta; e sem segurança no equilíbrio democrático entre essas diferentes realidades é difícil garantir as condições para o desenvolvimento. No dia-a-dia convivemos com estes equilíbrios complexos e com estas realidades, mesmo nos países de expressão portuguesa.

As dinâmicas de integração africanas não têm também nada que ver com os processos de integração europeia. Em África, a integração nacional (do processo de formação do Estado-nação) acontece em simultâneo com a integração regional e a integração do continente no âmbito da União Africana. Na Europa, onde o processo de consolidação dos Estados foi feito há mais tempo, vemos a instabilidade que a integração regional e a partilha de soberania provocam na realidade do Estado-nação europeu. Em África, vive-se uma tripla dinâmica de integração. O principal legado da colonização europeia em África não é nem a língua, nem a religião, nem a cultura, mas provavelmente o conceito de Estado-nação, ou seja, uma figura política que no caso europeu resulta de um compromisso entre a geografia e a história maturado durante séculos, mas que no caso africano foi aplicado pela arbitrariedade da conferência de Berlim. A fronteira é a assunção de uma linha abstrata desenhada no contexto da partilha do continente, pelo que o facto de a Organização de Unidade Africana ter assumido a sua intangibilidade no pós-independência é também

a assunção do legado político-colonial europeu. A garantia de imutabilidade das fronteiras foi encarada como um referencial de estabilidade e, com poucas exceções, foi respeitado. Isto tem um custo, porque não deixa de ter um elemento de artificialidade. Muitas vezes subestimamos a forma como os atores políticos africanos são capazes de conviver com esta realidade e construir sobre ela um processo político, pelo que devíamos encarar com mais respeito muitos dos problemas do continente, pela sua grande dificuldade e complexidade. Se pensarmos o que é conviver com dezenas de línguas e culturas numa mesma realidade política cujas instituições são fracas – e que em grande parte não ajudamos a fortalecer, com políticas assistencialistas profundamente desajustadas do objetivo de construção do Estado – teremos seguramente de refletir melhor sobre como o processo político se desenrola em muitas regiões e países africanos, sem o preconceito colonial ou neocolonial que marca ainda muitas das abordagens da vida política em África.

Portugal está em condições de ser, neste século, um ator europeu com uma função geopolítica única para exercer no contexto de aprofundamento das relações entre a Europa e o continente africano, pela singularidade do seu passado e pela carga de afeto com que a generalidade da população ainda hoje encara o relacionamento com vários povos e culturas.



PARA LÁ DA PRAIA

Baía morena da nossa terra
vem beijar os pézinhos agrestes
das nossas praias sedentas,
e canta, baía minha
os ventres inchados
da minha infância,
sonhos meus, ardentes
da minha gente pequena
lançada na areia
da Praia Gamboa morena
gemendo na areia
da Praia Gamboa.

Canta, criança minha
teu sonho gritante
na areia distante
da praia morena.

Teu teto de andala
à berma da praia.
Teu ninho deserto
em dias de feira.
Mamã tua, menino
na luta da vida
gamã pixi à cabeça
na faina do dia
maninho pequeno, no dorso ambulante
e tu, sonho meu, na areia morena
camisa rasgada,
no lote da vida,
na longa espera, duma perna inchada
Mamã caminhando p'ra venda do peixe
e tu, na canoa das águas marinhas ...

— Ai peixe à tardinha
na minha baía...
Mamã minha serena
na venda do peixe.

Alda Espírito Santo
São Tomé e Príncipe



Oradores

Speakers

Abertura *Opening*

Mário Soares é Presidente da Fundação Mário Soares e da Fundação Portugal-África. Iniciou a vida política no tempo da ditadura em organizações políticas juvenis e teve um papel preponderante nas candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado à Presidência da República. Foi deportado para S. Tomé e Príncipe e esteve exilado em Paris. Foi fundador do Partido Socialista em 1973 e seu Secretário-Geral até 1985. Após o 25 de abril desempenhou diversos cargos políticos, entre os quais o de Ministro dos Negócios Estrangeiros, Primeiro-Ministro e Presidente da República. Tem diversas obras publicadas, entre as quais *As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga*, Lisboa, 1950; *Le Portugal Baillonné*, Paris, 1973; *Portugal's Struggle for Liberty*, London, 1975; *O Futuro Será o Socialismo Democrático*, Mem Martins, 1979. É licenciado em Histórico-Filosóficas pela Faculdade de Letras e em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.



Mário Soares

Mário Soares is President of the Mário Soares and of the Portugal-Africa Foundations. In the dictatorship period he participated in youth organisations and had a prominent role in the Presidency candidacies of Norton de Matos and Humberto Delgado. He was deported to S. Tomé and Prince and was exiled in Paris where he was a founder of the Socialist Party in 1973 and its first Secretary-General until 1985. After the 25th of April, amongst other political positions he was Ministry of Foreign Affairs, Prime-Minister and President of the Republic. He published a number of books, amongst them *As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga*, Lisbon, 1950; *Le Portugal Baillonné*, Paris, 1973; *Portugal's Struggle for Liberty*, London, 1975; *O Futuro Será o Socialismo Democrático*, Mem Martins, 1979. He's got an Historical-Philosophical Sciences degree from the School of Humanities and he holds a Law degree from the University of Lisbon.

Miguel Pereira Leite é Presidente da Assembleia Municipal do Porto. É Presidente do Conselho de Administração da Atlantic – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, sócio da P.L.C. Estratégia e Gestão e membro do Conselho de Administração da Liminorke SGPS. Na Morgan Stanley Portugal foi Presidente do Conselho de Administração da SGSFIM,



Miguel Pereira Leite

Miguel Pereira Leite is President of the City Council of Oporto. He is Chairman of Atlantic – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, partner of P.L.C. Estratégia e Gestão and member of the Board of Liminorke SGPS. At Morgan Stanley Portugal he was Chairman of the Board of SGSFIM, General-Director of the Group and Manager of the SGPS. He was

Diretor Geral do Grupo e Gerente da SGPS. Foi membro do Comité de Direção da Morgan Stanley SV SA (em Espanha) e Diretor executivo da Morgan Stanley e Co. International. Foi administrador e membro da Comissão Executiva do Banco Chemical Finance, Diretor Geral nos Bancos Pinto & Sotto Mayor e Totta & Açores, Administrador e Presidente do Conselho de Administração da M.C. Geste – Sociedade Gestora de Patrimónios e Diretor de Private Banking do Banco Comercial Português. É licenciado em Direito pela Universidade Católica portuguesa e em Gestão pela Escola de Gestão do Porto.

Mário Machungo é Presidente do Conselho de Administração da SIM – Seguradora Internacional de Moçambique desde 1996 e membro da Associação Moçambicana de Economistas. Foi Presidente do Conselho de Administração do Banco Internacional de Moçambique (1995-2015), Presidente da Associação Moçambicana de Bancos (2011-15) e do Conselho de Administração do Banco Comercial de Moçambique. Desempenhou cargos ministeriais de 1974 a 1994: Coordenação Económica (Governo de Transição), Indústria e Comércio, Indústria e Energia, Agricultura, Plano e foi Governador da Zambézia e Primeiro-Ministro (1986-1994). Foi economista no Banco de Fomento Nacional (1970-74) e no Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII) de Lisboa (1969). Foi docente e Diretor da Faculdade de Economia (1974) e Membro do Conselho Universitário da Universidade Eduardo Mondlane. É Membro do Conselho Consultivo do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, onde obteve a Licenciatura em Economia.



Mário Machungo

Member of the Board of Morgan Stanley SV SA (Spain) and CEO of Morgan Stanley & Co. International. He was Manager and Member of the Executive Commission of the Bank Chemical Finance, General Director of the Banks Pinto & Sotto Mayor and Totta & Açores, Manager and Chairman of M.C. Geste – Sociedade Gestora de Patrimónios and Private Banking Director of the Banco Comercial Português. He's got a Law degree from the Portuguese Catholic University and a Business Management degree from the Oporto Business School.

Mário Machungo is Chairman of the Board of SIM – International Insurance Company of Mozambique since 1996 and Member of the Mozambican Association of Economists. He was Chairman of the Board of Banco Internacional de Moçambique, and of Banco Comercial de Moçambique. From 1974 until 1994 he held a number of Ministerial positions in Mozambique – Economic Coordination (Transitional Government), Industry and Trade, Industry and Energy, Agriculture, Planning and he was Governor of Zambézia (1983-86) and Prime-Minister (1986-1994). He worked as an economist at Banco de Fomento Nacional (1970-74) and at the National Institute of Industrial Research (INII), Lisbon (1969). He lectured, and was a Dean of the School of Economics (1974) and a member of the University Council of the Eduardo Mondlane University. He is a Member of the Consultative Council of the Higher Institute of Economics and Management (ISEG) of the University of Lisbon, where he's got an Economics degree.

Painel 1 *Panel 1*

Elizabeth Sidiropoulos é Diretora Executiva do South African Institute of International Affairs (SAIIA). Foi Diretora de investigação no South African Institute of Race Relations e Editora do Race Relations Survey. É Editora Chefe do South African Journal of International Affairs e Membro dos Conselhos Consultivos do Indian Foreign Affairs Journal, da Revista do Graduate Institute of International Development em Genebra e do International Journal Chinese Quarterly of Strategic Studies. Integra o WEF Global Agenda Council on the Future of Regional Organisations, e o WEF Think Tank Leaders Forum. Recentemente publicou volumes co-editados no Institutional Architecture & Development: Responses from Emerging Powers (SAIIA, 2015), Development cooperation and emerging powers: New Partners or Old Patterns (Zed Books, Maio 2012) and Institutional Architecture & Development: Responses from Emerging Powers (Jacana, Junho 2015). Tem um Mestrado em Relações Internacionais da Universidade de Witwatersrand.



Elizabeth Sidiropoulos

Elizabeth Sidiropoulos is Chief Executive of the South African Institute of International Affairs (SAIIA). She was Research Director at the South African Institute of Race Relations and Editor of the Race Relations Survey. She is Editor-in-Chief of the South African Journal of International Affairs and Member of International Advisory Boards of the Indian Foreign Affairs Journal, the Journal of the Graduate Institute of International Development in Geneva and the International Journal Chinese Quarterly of Strategic Studies. She serves on the WEF Global Agenda Council on the Future of Regional Organisations, and the WEF Think Tank Leaders Forum. She published co-edition volumes on Institutional Architecture & Development: Responses from Emerging Powers (SAIIA, 2015), Development cooperation and emerging powers: New Partners or Old Patterns (Zed Books, May 2012) and Institutional Architecture & Development: Responses from Emerging Powers (Jacana, June 2015). She holds an MA in International Relations from the University of Witwatersrand.

Alex Vines é Diretor de Estudos Interdisciplinares e Direito Internacional em Chatham House, o Royal Institute of International Affairs (RIIA), desde 2012, onde foi também Chefe do Programa África desde 2002 e Diretor de Estudos Regionais e Segurança Internacional, desde 2008. Dirigiu o Painel de Especialistas das Nações Unidas sobre a Costa do Marfim de 2005 a 2007, e foi Membro do Painel de Especialistas das Nações Unidas sobre a Libéria de 2001 a 2003. Foi Observador Eleitoral das Nações Unidas em Moçambique e em Angola e Consultor no Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Criminalidade



Alex Vines

International Law at Chatham House, the Royal Institute of International Affairs (RIIA), since 2012, where he had also been Head of the Africa programme since 2002 and Director for Regional Studies and International Security since 2008. He chaired the UN Panel of Experts on Côte d'Ivoire from 2005 to 2007, and was a Member of the UN Panel of Experts on Liberia from 2001 to 2003. He was a UN Election Officer in Mozambique and Angola, and served as a Consultant for the UN Office on Drugs and Crime and for the Economic Community of West African States (ECOWAS). He worked at Human Rights Watch

e na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Foi Investigador Sênior na Human Rights Watch sobre Negócios e Direitos Humanos. É Professor na Universidade de Coventry. Recebeu em 2008 a Ordem do Império Britânico (OBE) em reconhecimento pelo seu trabalho, incluindo o financiamento e desenvolvimento do Programa África de Chatham House.

as a Senior Researcher on business and human rights. He is a Senior Lecturer at Coventry University. He was awarded an OBE in 2008 in recognition of his work including founding and developing Chatham House's Africa programme.

Mário Pizarro é desde 2003 Administrador da Genius – Gestão de Participações, Luanda. Tem uma vasta experiência profissional na banca tendo sido Subdiretor Financeiro e Vice-Governador (1982-1986) do Banco Nacional de Angola, Representante do Banco Espírito Santo em Angola e Administrador Executivo do Banco Comercial Angolano. Na área de consultoria foi Consultor da British Petroleum (Angola), Consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na preparação do 1º Seminário sobre o Sector Privado em Angola, Consultor local do Banco Mundial/MIGA para a elaboração de um estudo diagnóstico do clima de investimento em Angola, Consultor local do MIGA para a realização do seminário "Doing Business with Foreign Partners" e Membro do World Bank Counsel of African Advisers (1989 /1991). Antes da independência trabalhou na Inspeção de Crédito e Seguros – Fundo Cambial e foi Diretor Financeiro da Pfizer Ltd. Tem o Curso de Perito Contabilista do Instituto Comercial de Sá da Bandeira de Angola.



Mário Pizarro

Mário Pizarro is since 2003 Member of the Board of Genius – Gestão de Participações, Luanda. He has an extensive experience in the banking sector, having been Deputy CFO and Vice-Governor of the Angolan National Bank (1982-86), Angola Representative of the Bank Espírito Santo and Executive Chairman of the Banco Comercial Angolano. As a consultant he worked for British Petroleum (Angola), for UNDP on the preparation of the first seminar on the private sector in Angola, for the World Bank / MIGA on the elaboration of a diagnostic of the investment climate in Angola and for the realization of the seminar "Doing Business with Foreign Partners". He was a Member of the World Bank Counsel of African Advisers. Prior to independence he worked at the Credit and Insurance Inspection – Exchange Fund and was Financial Director of Pfizer Ltd. He is graduated in Chartered Accountancy from the Commercial Institute of Sá da Bandeira, Angola.

Daniel Bach é Diretor de Investigação Emérito no Centro Emile Durkheim, Universidade de Bordéus e Professor em Sciences Po Bordeaux. Lecionou na Universidade Obafemi Awolowo (Nigéria), na Universidade de Montréal, no ISEG (Universidade de Lisboa), na Universidade de Boston, na Universidade Ritsumeikan (Quioto), na LUISS Guido Carli (Roma), e na Universidade de Kobé. Foi Diretor do Centre d'Etude d'Afrique noire de Bordéus, Deakin Fellow no St Antony's College da Universidade de Oxford, Fulbright Scholar na Universidade de Boston e Fellow do Indian Council for Social Studies Research da Universidade Jawaharlal Nehru. É Chefe Editorial de Routledge Studies in African Politics and International Relations. Tem várias publicações sobre diversos temas internacionais e o seu último livro, *Regionalism In Africa. Genealogies, institutions and trans-state networks* deverá ser publicado pela Routledge em Janeiro de 2016. Tem um Diplôme d'Habilitation à Diriger des Recherches da Universidade de Bordéus I e um PhD da Universidade de Oxford.



Daniel Bach

Daniel Bach is Director of Research Emeritus at the Emile Durkheim Centre, University of Bordeaux and Professor at Sciences Po Bordeaux. He taught at Obafemi Awolowo University, (Nigeria), the University of Montréal, ISEG (University of Lisbon), Boston University, Ritsumeikan University (Kyoto), the LUISS Guido Carli (Rome), and the University of Kobé. A former Director of Centre d'Etude d'Afrique noire of Bordeaux, he was Deakin Fellow at St Antony's College (Oxford University), Fulbright Scholar (Boston University) and Fellow of the Indian Council for Social Studies Research (Jawaharlal Nehru University). He is Series' Editor of Routledge Studies in African Politics and International Relations. He has published extensively on a number of international issues and his latest book, *Regionalism In Africa. Genealogies, institutions and trans-state networks* is due to be published (Routledge) in January 2016. He holds the Diplôme d'Habilitation à Diriger des Recherches (Bordeaux I University), and a PhD (Oxford University).

Fernando Costa Lima é Administrador Banco Português de Investimento, Diretor Central do Banco BPI e professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Foi Presidente da Comissão Executiva da Agência Portuguesa para o Investimento (2002-2006), Diretor Central – Corporate Finance – do BPI (1997-2002), Presidente não-executivo da empresa de corretagem do Grupo BPI (1997-2001), Administrador da Bolsa de Valores de Lisboa (1997-1999), Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Derivados do Porto (1998 – 1999), Presidente do Conselho de Administração da Fungest – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (1996), Administrador do BFE – Mercado de Capitais e Serviços – SGPS, S.A. (1996), primeiro Presidente da Comissão do Mercado



Fernando Costa Lima

Fernando Costa Lima is Member of the Board of Banco Português de Investimento, Managing Director of Banco BPI and Visiting Professor of the School of Economics of the University of Oporto. He was CEO of the Portuguese Investment Promotion Agency (2002-2006), Managing Director Head of Corporate Finance – of BPI (1997-2002), BPI Dealer – Chairman Stock Brokerage Company of the BPI Group (1997-2001), Member of the Board of the Lisbon Stock Exchange (1997-1999), Chairman of the Oporto Derivatives Exchange (1998 – 1999), Chairman of Fungest – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (1996), Member of the Board of BFE – Mercado de Capitais e Serviços – SGPS, S.A. (1996), First Chairman of the Portuguese Securities Commission

de Capitais (CMVM) (1991-1995), Auditor-Geral do Mercado de Títulos (1991), Diretor-Geral da Bolsa de Valores do Porto (1988-1990). É Licenciado em Economia pela Universidade do Porto e Master in Business Administration pela Universidade Nova de Lisboa.

CMVM (1991-1995), Auditor-General of the Stock Market (1991), Director-General of Oporto Stock Exchange (1988-1990). He's got an Economics degree from the School of Economics of the University of Oporto and he holds an MBA from the Nova University of Lisbon.

Painel 2 *Panel 2*

José Manuel Briosa e Gala é Assessor Especial do Comissário Europeu do Desenvolvimento e Facilitador do Partenariat pour les Forêts du Bassin du Congo (PFBC). Na Comissão Europeia foi Conselheiro Pessoal e Conselheiro Especial para África do Presidente da Comissão Europeia (2006-2014) e Membro do Conselho de Administração da African Legal Support Facility (2011-2014). Foi Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Educação (1991), Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (1992-1995) e Representante Pessoal do Primeiro-Ministro para o Africa Partnership Forum (2004-2005). Foi ainda Membro Executivo do Conselho de Administração da Telecom Multimédia (2003-2006), Diretor Executivo da PT Conteúdos (2003-2006), da Portugal Telecom – Móveis (2002-2003), da Portugal Telecom Internacional (1998-2002) e dos TLP – Telefones de Lisboa e Porto (1992). É Licenciado em Direito e em Filosofia pela Universidade de Lisboa e Pós-Graduado em Filosofia e em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa.



**José Manuel
Briosa e Gala**

José Manuel Briosa e Gala is Special Adviser of the European Commissioner for Development and Facilitator of the Partenariat pour les Forêts du Bassin du Congo (PFBC). He was Personal Counselor and Special Adviser for Africa of the President of the European Commission (2006-2014) and Member of the Board of the African Legal Support Facility (2011-2014). He was Assistant Secretary of State of the Minister of Education (1991), Secretary of State of Foreign Affairs and Cooperation (1992-1995) and Personal Representative of the Prime-Minister for the Africa Partnership Forum (2004-2005). He was Executive Member of the Board of Telecom Multimedia (2003-2006), CEO of PT Conteúdos (2003-2006), Portugal Telecom – Móveis (2002-2003), Portugal Telecom Internacional (1998-2002) and TLP – Telefones de Lisboa e Porto (1992). He holds a Law degree and a Philosophy degree from the University of Lisbon and a Post-Graduation in Philosophy and another in Business Administration from the Nova University of Lisbon.

Christine Hackenesch é Investigadora no Instituto Alemão para o Desenvolvimento (DIE) em Bona, onde é Co-coordenadora do Grupo África e Team Leader do Projeto UE. A sua pesquisa centra-se no envolvimento da China em África, as relações UE-África, regimes políticos em África, promoção da democracia e políticas de desenvolvimento em África. As suas publicações mais recentes incluem "Addis Ababa: Trying to square the circle, or – how to share responsibilities in an unequal world" com Bracho, Gerardo e Silke Weinlich, The Current Column de 20 Julho 2015, Bona (DIE), "It's domestic politics, stupid! EU democracy promotion strategies meet African



**Christine
Hackenesch**

Christine Hackenesch is a Researcher at the German Development Institute (DIE) in Bonn where she is Co-coordinator of the Africa Group and Team Leader of the EU-project. Her research areas are China's engagement in Africa, EU-Africa relations, political regimes in Africa, EU external relations with a specific focus on democracy promotion and development policy. Her more recent works include "Addis Ababa: Trying to square the circle, or – how to share responsibilities in an unequal world" with Bracho, Gerardo and Silke Weinlich, in The Current Column of 20 July 2015, Bonn (DIE), "It's domestic politics, stupid! EU democracy promotion strategies meet African dominant party regimes"

dominant party regimes” em World Development 75/2015 e “Not as bad as it seems? EU and US democracy promotion strategies faces China in Africa”, em Democratization 18 Março 2015. É Doutorada em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim.

in World Development 75/2015 and “Not as bad as it seems? EU and US democracy promotion strategies faces China in Africa”, in Democratization 18 March 2015. She holds a Ph.D. in Political Sciences from the Free University of Berlin.

Lorenzo Rinelli é Professor de Ciência Política da Universidade da Califórnia e da Temple University em Roma. É Coordenador do L'Osservatorio, centro de investigação sobre vítimas civis de conflitos armados, da Associação Italiana de Vítimas Civis da Guerra – ANVCG. Leciona diversos temas entre os quais Direito Internacional, Política Europeia e Relações Internacionais. Os seus interesses de pesquisa incluem fronteiras urbanas, migrações, globalização e estética na política global. As suas publicações mais recentes incluem “Peripheralization and Other Roman Stories” em Transcultural Cities: Border Crossing and Placemaking. (Routledge, 2013); “Affective Economies: Metalogistics, Urban Anxieties and the Mapping of Diasporic City” em African and Black Diaspora: An International Journal (Routledge, 2013); “African Migrants and Europe: Managing the Ultimate Frontier” em African Politics and International Relation Series (Routledge). É também fotógrafo e obteve o seu Doutoramento em Ciência Política na Universidade do Hawai em Manoa.



Lorenzo Rinelli

Lorenzo Rinelli is Professor of Political Science at the University of California and Temple University in Rome. He is the coordinator of the “L'Osservatorio”, research centre on civilian victims of armed conflicts, for the Italian Association of Civilian Victims of War - ANVCG. He has taught various courses with particular focus on International Law, European Politics and International Relations. His research interests include urban border studies, migration theory, globalization and aesthetics in world politics. Recent publications include “Peripheralization and Other Roman Stories”, in Transcultural Cities: Border Crossing and Placemaking (Routledge, 2013); “Affective Economies: Metalogistics, Urban Anxieties and the Mapping of Diasporic City” in African and Black Diaspora: An International Journal (Routledge, 2013); “African Migrants and Europe: Managing the Ultimate Frontier” in African Politics and International Relation Series (Routledge). He is also a photographer and received his PhD in Political Science from the University of Hawai'i at Manoa.

Adebayo Olukoshi é Director da International IDEA para África. Foi Diretor do Instituto Africano das Nações Unidas para a Planificação do Desenvolvimento Económico (IDEP), Secretário Executivo do Conselho para o Desenvolvimento da Investigação em Ciências Sociais em África (CODESRIA) e Diretor de Investigação no Instituto Nigeriano de Estudos Internacionais (NIIA) em Lagos. É Professor



Adebayo Olukoshi

Adebayo Olukoshi is currently Director, Africa Region, of International IDEA. Previously he was Director of the UN African Institute for Economic Development and Planning (IDEP), Executive Secretary of the Council for Development of Social Science Research in Africa (CODESRIA) and Director of Research at the Nigerian Institute of International Affairs (NIIA) in Lagos. He is a Professor of International Economic

de Relações Económicas Internacionais e lecionou em diversas Universidades, entre as quais a Universidade de Tampere (Finlândia), de Lund e de Uppsala (Suécia). Foi Investigador Sénior e Coordenador de Programa no Instituto Nórdico para África (NIA) em Uppsala e Membro do Staff de Investigadores Sêniores no South Centre de Genebra. Tem como foco de pesquisa a política das relações internacionais e possui uma extensa lista de obras publicadas, sendo editor, colaborador e membro de Comités Editoriais de diversas revistas académicas africanas e nigerianas. É doutorado em Ciência Política pela Universidade de Leeds.

Fernando Jorge Cardoso é Coordenador de Estudos Estratégicos e do Desenvolvimento no Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF). Em Moçambique foi Diretor da Faculdade de Economia (1978-1983), Assessor do Ministro do Plano (1977-1983) e Diretor-Geral da Açucareira Maragra (1983-1985). Em Portugal desenvolve desde 1991 atividades de ensino, investigação e gestão em diversas instituições universitárias. Foi Coordenador do Programa África do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEEI) de 1991 a 2012. Participou como consultor na elaboração e avaliação de programas nacionais de ajuda ao desenvolvimento em Angola, Moçambique e Cabo Verde. É Coordenador Executivo das Conferências de Lisboa e foi Copresidente do Comité Organizador das Conferências do Estoril de 2009 e 2011. Tem uma vasta bibliografia publicada sobre temas africanos, do desenvolvimento e das relações internacionais. É doutorado e agregado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa.



Fernando Jorge Cardoso

Relations and he worked in a number of universities, amongst them the Universities of Tampere (Finland), Lund and the Uppsala (Sweden). He was a Senior Research Fellow/Research Programme Coordinator of the Nordic Africa Institute (NAI) in Uppsala and Senior Programme Staff at the South Centre in Geneva. His research interests centre on the politics of economic relations, and he has published extensively, being editor, contributor and member of editorial boards for numerous African and Nigerian journals. He holds a PhD in Politics from the University of Leeds.

Fernando Jorge Cardoso is Coordinator of Strategic and Development Studies of the Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF). In Mozambique he was Dean of the School of Economics of the Eduardo Mondlane University (1978-1983), Assistant to the Minister of Planning (1977-1983) and CEO of Maragra Sugar Company (1983-1985). In Portugal he has conducted since 1991 research, educational and management activities in several university institutions. He was Head of the Africa Programme at the Institute for Strategic and International Studies (IEEI) (1991-2012). He was consultant for the elaboration/evaluation of aid programmes in Angola, Mozambique and Cape Verde. He is the Executive Chair of the Lisbon Conferences and was Co-President of the Organising Committee of the 2009 and 2011 Estoril Conferences. He has an extensive list of publications on African, Development and International Relations. He holds a PhD and Habilitations in Economics from the Higher Institute of Economics and Business Administration (ISEG) of the University of Lisbon.

Painel 3 *Panel 3*

Carlos Sangreman Proença é Professor Auxiliar na Universidade de Aveiro e Vice-Presidente e Investigador do Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa. É Consultor Internacional desde 1985 com missões em todos os países africanos de língua oficial portuguesa e em Timor Leste. Entre 1998 e 2003 foi Assessor junto do Ministro da Solidariedade e Segurança Social para a organização do Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento e entre 2008 e 2012 Assessor junto do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, para dinamizar o Fórum da Cooperação para o Desenvolvimento. É Licenciado em Economia no ISEG da Universidade de Lisboa e Doutorado em Estudos Africanos, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e do Emprego do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).



Carlos Sangreman Proença

Carlos Sangreman Proença is Professor of the University of Aveiro and Vice-President and Researcher of the Center of Studies on Africa, Asia and Latin America of the Higher Institute of Economics and Business Management (ISEG) of the University of Lisbon. He is an International Consultant since 1985 having performed missions in all the Portuguese speaking African countries and in East Timor. Between 1998 and 2003 he was Adviser for the Minister of Solidarity and Social Security for the organisation of the Development Cooperation Department and between 2008 and 2012 he was Adviser for the Secretary of State for Foreign Affairs and Cooperation to boost the Civil Society Forum for Development Cooperation. He holds an Economics Degree from ISEG and a PhD on African Studies from the Higher Institute of Labour and Employment Sciences of the Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Clara Carvalho é Diretora do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL) e Professora do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Desde julho de 2015 é Presidente do AEGIS (Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies). Foi Professora Convidada nas Universidades de Lille, França (2002 e 2003) e Brown, E.U.A. (2004), e nos ateliers metodológicos do CODESRIA (2005, 2007 e 2008). Tem diversas obras publicadas, entre as quais «Reflexions sur les histoires d'origine à Pecixe (Cacheu, Guinée-Bissau)» em Migrations Anciennes sur les Hautes Côtes de Guinée, Gérald Gaillard & Marie-Paule Ferry ed., Paris, L'Harmattan, 2000; A Persistência da História (com João de Pina Cabral, editores), Lisboa, ICS, 2005; «Guinean Migrant Traditional Healers in the Global Market» em Medicine, Mobility and Power in Global Africa. Transnational



Clara Carvalho

Clara Carvalho is Chair of the Center of International Studies (CEI-IUL) and Professor at the Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). She is President of AEGIS (Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies) since July 2015. She was Invited Professor at Université de Lille (2002-2003) and Brown University (2004) and at the Methodological Ateliers of CODESRIA (2005, 2007, 2008). She published a number of works, among them «Reflexions sur les histoires d'origine à Pecixe (Cacheu, Guinée-Bissau)» in Migrations Anciennes sur les Hautes Côtes de Guinée, Gérald Gaillard & Marie-Paule Ferry ed., Paris, L'Harmattan, 2000; A Persistência da História (with João de Pina Cabral, editors), Lisboa, ICS, 2005; «Guinean Migrant Traditional Healers in the Global Market» in Medicine, Mobility and Power in Global

Health and Healing, editado por Hansjörg Dilger, Abdoulaye Kane and Stacey Langwick, Indiana University Press 2013 e Mulheres no Mercado da Saúde, Coimbra, Almedina, 2014. É Doutorada em Antropologia pelo ISCTE-IUL.

Africa. Transnational Health and Healing, edited by Hansjörg Dilger, Abdoulaye Kane and Stacey Langwick, Indiana University Press 2013 and Mulheres no Mercado da Saúde, Coimbra, Almedina, 2014. She holds a PhD in Anthropology from ISCTE-IUL.

Victor Borges é consultor, docente e formador. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades (2004-2008), Ministro da Educação, Cultura e Desportos (2001-2002) e Ministro dos Recursos Humanos e Desenvolvimento de Cabo Verde. Foi Visiting Fellow do Bureau de Conselheiros de Política Europeia (BEPA), Diplomata Residente na Universidade Estadual de Bridgewater (EUA/MA) e Investigador Visitante no South African Institute of International Affairs (SAIIA) em Joanesburgo. É Membro do Comité Científico da Iniciativa TriContinental do Atlântico (Marrocos), Membro do Painel Científico e Consultivo do Futuro Projeto do Atlântico (CIDOB, Espanha), Membro do Conselho Consultivo da Casa África (Canárias, Espanha) e Membro do Conselho de Direção do Instituto de Ensino para a Vida (UNESCO, Alemanha). Tem um Diploma de Estudos Avançados em Ciências da Educação e um Mestrado em Psicologia da Universidade de Paris VIII.



Victor Borges

Victor Borges is an independent consultant, lecturer and trainer. Previously, he was Minister of Foreign Affairs, Co-operation and Communities (2004-2008), Minister of Education, Culture and Sports (2001-2002) and Minister of Human Resources Development (2002-2004) of Cape Verde. He was a Visiting Fellow at the Bureau of European Policy Advisers, Diplomat in Residence at the Bridgewater State University (USA/MA) and Visiting Fellow at the South African Institute of International Affairs. He is a Member of the Scientific Committee of the Atlantic Tri-Continental Initiative (Morocco), a Member of the Scientific and Advisory Panel of the Atlantic Future Project (CIDOB, Spain), a Member of the Advisory Board of Casa de Africa (Spain), and a Member of the Governing Body of UNESCO's Institute for Lifelong Learning (Germany). He holds a D.E.A. in Education Sciences and a Master in Psychology from the University of Paris VIII.

Hélder de Oliveira é Administrador e Diretor Executivo da Fundação Portugal-África, Presidente do Conselho de Administração da SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador não-Executivo da AMSCO – African Management Services (Amsterdão), Membro da Mesa da Assembleia Geral da Ordem dos Economistas e antigo Membro da Direção da mesma Ordem. Foi Presidente da Comissão Executiva da SOFID, Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Diretor Central do Banco BPI



Hélder de Oliveira

Hélder de Oliveira is Member of the Board and CEO of the Portugal-África Foundation, CEO of the SPE – Portuguese Ventures Society, non-Executive Member of the Board of AMSCO – African Management Services (Amsterdam), Member of the General Assembly of the Portuguese Economists' Association and former Member of the Board. He was CEO of SOFID – Development Financial Society, Director of the Bank BPI (Office for Angola), Director-Coordinator for the International Area of the former Portuguese Development Bank

(Gabinete para Angola), Diretor Coordenador do Banco de Fomento e Exterior (Área Internacional), Administrador da EURO-FINANCEIRA – Sociedade de Investimentos, Presidente do Conselho de Administração da Companhia Carris de Ferro de Lisboa e administrador de várias outras empresas, designadamente nos setores do comércio externo e da comunicação social. É Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa.

(Banco de Fomento e Exterior), Member of the Board of EURO-FINANCEIRA – Investments Society, CEO of the Lisbon Rails (Carris) and Member of the Board of a number of Companies in the fields of external trade and the media. He holds an Economics degree from the Higher Institute of Economics and Business Management (ISEG) of the University of Lisbon.

Encerramento *Closing*

Fernando Ulrich é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração do Banco Banco Português de Investimento. É também Presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola. No grupo BPI as suas principais áreas de responsabilidade são as do planeamento e contabilidade, gestão de ativos, recursos humanos, assuntos jurídicos e auditoria. Foi ainda Diretor-Adjunto da SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos. Foi Chefe de Gabinete do Ministro das Finanças e do Plano (1981-1983), Técnico no Secretariado para a Cooperação Económica Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros – relações com a EFTA, OCDE e GATT (1979-1980), Membro da Delegação de Portugal junto da OCDE em Paris – responsável pelos assuntos económicos e financeiros (1975-1979), Responsável pela secção sobre mercados financeiros do semanário Expresso (1973-1974). Tem a frequência do Curso de Gestão de Empresas no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.



Fernando Ulrich

Fernando Ulrich is Deputy-Chairman of the Board and CEO of Banco Português de Investimento. He is also Chairman of the Board of the Banco de Fomento de Angola. At the BPI Group his main responsibilities are planning and accountancy, asset management, human resources, legal issues and auditing. He was also Deputy-Diretor of SPI – Sociedade Portuguesa de Investimentos. He was Chief of Staff of the Minister of Finances and Planning (1981-1983), Technician at the Secretariat for the External Economic Cooperation of the Ministry of Foreign Affairs – relations with EFTA, OECD and GATT (1979-1980), Member of the Portuguese Delegation at OECD in Paris – responsible for economic and financial issues (1975-1979), Responsible for the section on financial markets of the weekly newspaper Expresso (1973-1974). He attended the classes of the graduation in Business Management of the Higher Institute of Economics and Business Management (ISEG) of the University of Lisbon.

Maria Irene da Silva Paredes é Vogal do Conselho Diretivo do Camões, Instituto da Cooperação e da Língua. Desempenhou vários cargos de direção no Ministério da Educação, onde foi responsável pela cooperação com as escolas portuguesas em África e fez parte do Grupo de Trabalho para a revisão dos estatutos e do financiamento ao Ensino Particular e Cooperativo (1990-1994). Foi Adjunta do Gabinete do Secretário de Estado do Desporto (1996-1999) e Vice-Presidente do Instituto Nacional do Desporto (1999). Foi Conselheira Técnica na Delegação de Portugal junto da OCDE em Paris tendo sido responsável pelo acompanhamento do Centro



Maria Irene da Silva Paredes

Maria Irene da Silva Paredes is Member of the Board of Camões, Institute of Cooperation and Language. She was Desk Director of Cooperation with the Portuguese Schools in Africa and Member of the Working Group for the revision of statutes and financing of the Particular and Cooperative Education (1990-1994) at the Ministry of Education. She was Assistant at the Cabinet of the Secretary of State for Sports (1996-1999) and Vice-President of the National Institute of Sports (1999). She was Technical Adviser at the OECD Portuguese Delegation in Paris and responsible for the follow-up of the OECD Development Centre (2000-2003). She was Director

de Desenvolvimento da OCDE (2000-2003). Foi Diretora na Agência Portuguesa de Investimentos (API) e na AICEP (2006-2008). É Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa, e pós-graduada em Gestão da Educação pela Universidade de Toulouse.

at Portuguese Investment Agency (API) and the Portuguese Trade and Investment Agency (AICEP) (2006-2008). She holds an Economics degree from the Higher Institute of Economics and Business Management (ISCTE) of the University of Lisbon and a Post-Graduation in Education Management from the University of Toulouse.

Francisco de Carvalho Guerra é Vice-Presidente da Fundação Portugal-África. Foi Vice-Reitor da Universidade do Porto, dirigiu a Universidade Católica no Porto e pertenceu a órgãos académicos das Universidades do Minho e Coimbra. Colaborou com entidades científicas nacionais (INIC, JNICT, FCT) e internacionais (UNESCO, CE, OCDE, NATO). É Membro da New York Academy of Sciences e da Academia de Ciências de Lisboa. Foi Bastonário da Ordem dos Farmacêuticos e Presidente da Sociedade de Ciências Farmacêuticas. Tem mais de 70 comunicações, de 80 artigos científicos e de 20 seminários em Universidades – Califórnia, Washington, Estocolmo, Paris, Nice, Pamplona, Madeira, etc. Organizou vários congressos de bioquímica e cursos de verão patrocinados pela NATO. Foi condecorado com a Comenda de Grande Oficial da Ordem de Instrução Pública, a Ordem de Palma Académica (França), a Grã Cruz da Ordem Militar de Cristo e a Comenda de S. Gregório Magno (Vaticano). É Doutorado em Bioquímica pela Universidade do Porto.



Francisco Carvalho Guerra

Francisco de Carvalho Guerra is Vice-President of the Portugal-Africa Foundation. He was Vice-Rector of Oporto University, led the Catholic University in Oporto and belonged to academic bodies of the Universities of Minho and Coimbra. He worked with Portuguese (INIC, JNICT, FCT) and International scientific bodies (UNESCO, CE, OCDE, NATO), is a Member of the New York Academy of Sciences and the Lisbon Academy of Sciences and he was President of the Portuguese Pharmacists' Association and the Society of Pharmacy Sciences. He has more than 70 communications, 80 scientific articles and 20 seminars in Universities – California, Washington, Stockholm, Paris, Nice, Pamplona, Madeira, etc. He organised various biochemistry congresses and seminars sponsored by NATO. He was decorated with the Commendation of Grande Oficial da Ordem de Instrução Pública, Ordre des Palmes Académiques (France), Grã Cruz da Ordem Militar de Cristo and the Commendation of San Gregorio Magno (Vatican). He holds a PhD in Biochemistry from the University of Oporto.

Luís Amado é Presidente do Conselho de Administração do BANIF. Foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação (1995-1997 e 1999-2002), Ministro da Defesa (2005-2006) e Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (2006-2011). Foi também Deputado da Assembleia Regional da Madeira e da Assembleia da República. É Consultor Internacional e foi Auditor do Tribunal de Contas e Assessor no Instituto da Defesa Nacional. Foi Professor Visitante na Universidade de Georgetown. É Professor Convidado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa e na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (2009) e tem Condecorações dos governos de Espanha, França, Bélgica, Grécia, Argentina, Benim, Togo e Gabão. É Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa.



Luís Amado

Luís Amado is Chairman of BANIF. He was Secretary of State for Foreign Affairs and Cooperation (1995-1997 and 1999-2002), Minister of Defence (2005-2006) and Minister of State and Foreign Affairs (2006-2011). He was Member of the Regional Parliament of Madeira and of the Portuguese Parliament. Luis Amado is an International Consultant and was Auditor of the Court of Auditors and an Adviser to the National Defence Institute. He was Visiting Professor at Georgetown University. He is Visiting Professor at the Higher Institute of Social and Political Sciences (ISCSP) of the University of Lisbon and at the School of Economics of the Nova University of Lisbon. He has the Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo (2009) and a number of Decorations of the governments of Spain, France, Belgium, Greece, Argentina, Benin, Togo and Gabon. He holds an Economics degree from the Higher Institute of Economics and Business Management (ISEG) of the University of Lisbon.



A Fundação Portugal-África

Portugal-Africa Foundation

A Fundação Portugal-África (FPA) foi constituída no Porto em 1995 e oficialmente reconhecida como Organização não Governamental de Desenvolvimento em 2005. O Principal Fundador é o Banco Português de Investimento e entre os restantes 59 Fundadores destacam-se 23 Empresas, 6 Instituições Financeiras, 13 Universidades e Institutos de Investigação, 5 Associações Empresariais, 4 Fundações, 2 Municípios (Lisboa e Porto), 3 Institutos ou Comissões da Administração Pública e o Estado Português.

A Fundação tem por fim contribuir para a realização e incremento de ações de carácter cultural e educacional a desenvolver em Portugal e em África, designadamente junto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, visando a valorização e continuidade dos laços históricos e de civilização mantidos entre Portugal e os países africanos, numa perspetiva de progresso e de projeção para o futuro.

A FPA tem privilegiado iniciativas que criam ou reforçam a capacidade produtiva dos países onde se localizam, designadamente projetos que visam resolver problemas concretos, de forma estruturada, com benefícios mútuos para as partes envolvidas.

A atividade da Fundação assenta, neste momento, em seis projetos de maior dimensão lançados por sua iniciativa ou, no caso do Ensino de Artes e Ofícios em Moçambique, por solicitação das autoridades locais.

The Portugal-Africa Foundation was instituted in 1995 in Oporto and officially recognised as a Non-Governmental Development Organisation in 2005. The major founder is the Banco Português de Investimento; amongst the other 59 founders are 23 Companies, 6 Financial Institutions, 13 Universities and Research Institutes, 5 Business Associations, 4 Foundations, 2 Municipalities (Lisbon and Oporto), 3 Public Administration Bodies and the Portuguese State.

The Foundation aims to contribute to the reinforcement of cultural and educational activities in Portugal and in Africa, mainly in the Portuguese Speaking African Countries, to boost the promotion and continuity of the historical and civilisational links between Portugal and African countries, towards progress and the future.

The Foundation favours initiatives that create or reinforce the productive capabilities of the countries, namely projects addressing real problems in a structured manner to benefit all the parties concerned.

The current activity of the Foundation is mainly focused on 6 projects, one of them – arts and crafts schools – by request of the Mozambican authorities.



África

caminhos do futuro
Africa_the ways ahead

Abril de 2016
April 2016

Publicação Publication

Fundação Portugal-África

Coordenação e Edição Coordination and Edition

Fernando Jorge Cardoso e Patrícia Magalhães Ferreira

Transcrições Transcripts

José Pedro Mantero

Fotografia Photography

INGIMAGE

Design e Paginação Design and Layout

Rodrigo Saias – 004

Produção Production

Sara Fortes da Cunha – 004

Impressão Printing

Eurodois

ISBN

978-989-95737-2-7

Esta publicação é passível de download, impressão, reprodução, citação e utilização de várias formas, desde que a fonte seja mencionada. A publicação deve ser citada como Fundação Portugal-África (2016); África: Caminhos do Futuro. Publicação da Conferência realizada a 20 de Novembro de 2015, Porto.

This publication can be downloaded, printed, reproduced and used in several ways, provided that the source is mentioned. The publication should be cited as Portugal-Africa Foundation (2016); Africa: The ways ahead. Publication from the Conference held at Oporto in 20th November 2015.

No âmbito de



Com o apoio de



Organização

